



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE

JOELMA CRISTINA SILVA MOREIRA STELLA

**MEU AVÔ IMAGINOU UMA FESTA:
O SURGIMENTO DE UMA TRADIÇÃO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES NO
TEMPO**

Salvador

2023

JOELMA CRISTINA SILVA MOREIRA STELLA

**MEU AVÔ IMAGINOU UMA FESTA:
O SURGIMENTO DE UMA TRADIÇÃO E AS SUAS TRANSFORMAÇÕES NO
TEMPO**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós
Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal
da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Severino

Salvador

2023

Dados internacionais de catalogação-na-publicação
(SIBI/UFBA/Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa)

Stella, Joelma Cristina Silva Moreira.

Meu avô imaginou uma festa: o surgimento de uma tradição e suas transformações no tempo /
Joelma Cristina Silva Moreira Stella. - 2023.
122 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Severino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e
Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2023.

1. Cultura - Bahia. 2. Cultura popular - Bahia. 3. Patrimônio cultural - Bahia. 4. Identidade so-
cial - Bahia. 5. Memória - Aspectos sociais - Bahia. 6. Festa do Candeeiro - Sítio do Mato (BA) -
História. 7. Casa Candeeiro do Oeste (Sítio do Mato, BA) - História. I. Severino, José Roberto. II.
Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton San-
tos. III. Título.

CDD - 306.4098142

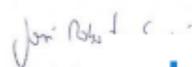
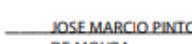
CDU - 316.7(813.8)

JOELMA CRISTINA SILVA MOREIRA STELLA

MEU AVÔ IMAGINOU UMA FESTA

O surgimento de uma tradição e as suas transformações no tempo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Cultura e Sociedade LINHA DE PESQUISA: Cultura e Desenvolvimento		
DATA DA DEFESA: 18/08/2023	HORA: 10h	LOCAL: web conferência
BANCA EXAMINADORA:	ASSINATURAS:	
1. ORIENTADOR(A): Prof.(a) Dr.(a) José Roberto Severino		Documento assinado digitalmente
2. EXAMINADOR(A) EXTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Alexandre Almeida		ALEXANDRE ALMEIDA BARBALHO Data: 13/09/2023 10:19:38-0300 Verifique em https://validar.itl.gov.br
4. EXAMINADOR(A) INTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) José Márcio Barros		JOSE MARCIO PINTO DE MOURA BARROS:25686984620 Data: 2023.09.15 10:02:46 -0300

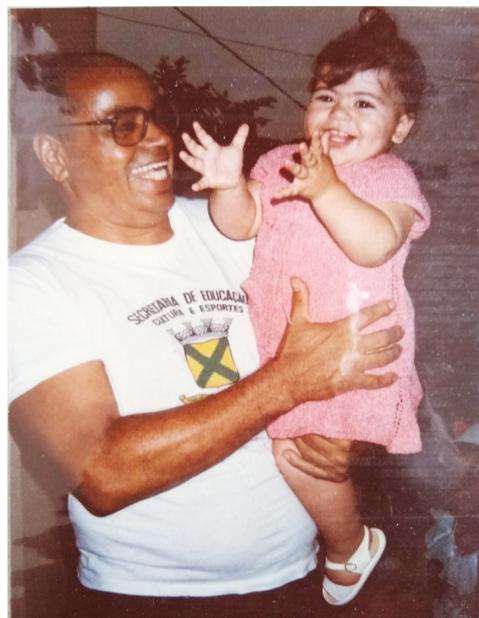
AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é um trabalho acadêmico, mas também é um registro afetivo das memórias da minha família. Por isso preciso começar agradecendo ao meu avô, João Gabriel, por imaginar a festa que resultou nessa dissertação, e por me ensinar a fotografar todas as coisas bonitas e importantes que eu encontrasse pelo caminho. Também agradecer a minha avó Marcelina Angélica, por me inculcar o gosto pelo café e por ser tão resistente aos vendavais. Em certa medida, esse trabalho é resultado do meu luto pela partida dessas duas pessoas que eu tanto amei e que me amaram. Em seguida preciso agradecer a minha mãe, Jussara Moreira, por ser essa força da natureza capaz de mover o mundo, mesmo quando ele insiste em não caminhar. Agradeço a meu filho Caetano Inã e meu afilhado Breno Manoel, pela paciência comigo durante o processo de escrita, e a minha comadre Hidelvania Silva por ser minha irmã de todas as horas.

Também preciso agradecer às mulheres do coletivo da Casa Candeeiro do Oeste, Regina Santos, Rita de Biro Biro, minha tia Preta Silva, Ana Paula, Cassimara Vieira, Patrícia Silva e Fabíola Santos. Sem elas não haveria ponto de cultura, nem essa dissertação. Agradeço também a todas as pessoas entrevistadas para esse trabalho, que compartilharam gentilmente seu tempo e suas memórias comigo. A Thayná Amaral e Mel Dantas pela confiança e carinho.

Agradeço ao meu orientador Beto Severino, pela gentileza e cuidado durante a realização dessa pesquisa, e a Marcos de Oliveira Carvalho, meu orientador da graduação, pela compreensão, apoio e parceria. Aos alunos da Agência Experimental em Comunicação e Cultura (AECC), da Faculdade de Comunicação da UFBA, pelo carinho e acolhida. E também agradeço ao professor titular da UFRB, Luydy Abraham Fernandes por compartilhar seu trabalho de campo comigo.

Agradeço a Ricardo Araújo por ser esse grande amigo e parceiro na jornada acadêmica e na vida, e por nunca me deixar desistir, e a Thiago Magri pela presença constante, e por todas as trocas, escutas e jantares. Agradeço a Roberta Mutti, Nara Pessoa, Fabiana Bastos, Jurema Cruz Alves e Brisa Morena, por cruzarem meu caminho nessa vida, e serem as amigas maravilhosas que são. Por fim, agradecer ao rio São Francisco, a Oxum, Iemanjá, Oyá, e a todos os caminhos que me conduziram até aqui através da água.



Viver é partir, voltar e repartir.

Emicida

(É tudo pra ontem, 2020)

RESUMO

Essa dissertação observa o surgimento da Festa do Candeeiro, no município de Sítio do Mato, Bahia. A referida festa foi criada por João Gabriel Moreira, após a migração da sua família de São Paulo para a Bahia na década de setenta. Tento compreender, a partir de pesquisa cartográfica, a influência da Festa do Candeeiro e do seu principal desdobramento, o Ponto de Cultura *Casa Candeeiro do Oeste*, na cultura de Sítio do Mato e na história da família Moreira. A pesquisa compreende o período histórico que vai de 1979 a 2023, e parte de uma perspectiva de tempo não linear, tendo em vista o amplo recorte temporal, e as idas e vindas que se fizeram necessárias ao longo da escrita. Também busco contextualizar o surgimento, localização e extensão territorial do município de Sítio do Mato. Nesta observação sobre a história de Sítio do Mato, reflito sobre outros atravessamentos políticos e sociais que influenciaram direta ou indiretamente a formação cultural, política e identitária do município, que tem seus primeiros registros históricos datados de meados do século XIX, quando o oeste baiano ainda era território pernambucano.

Palavras-chave: Memória. Festas. Identidade. Patrimônio.

ABSTRACT

This dissertation observes the emergence of *Festa do Candeeiro*, at the county of Sítio do Mato, Bahia. This party was created by João Gabriel Moreira, after his family migrated from São Paulo to Bahia in the seventies. I try to understand, based on cartographic research, the influence of *Festa do Candeeiro* and its main development, the Culture Point *Casa Candeeiro do Oeste*, in the culture of Sítio do Mato and in Moreira's family history. The research covers the historical period from 1979 to 2023, and part of a non-linear time perspective, in view of the wide time frame, and the comings and goings that were necessary throughout the writing. I also seek to contextualize the emergence, location and territorial extension of Sítio do Mato. In this observation about the history of Sítio do Mato, I reflect on other political and social crossings that directly or indirectly influenced the cultural, political and identity formation of the municipality, which has its first historical records dating from the middle of the 19th century, when the west of Bahia was still Pernambuco territory.

Palavras-chave: Memory. Parties. Identity. Patrimony.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa dos Territórios Culturais da Bahia.....	20
Figura 2	Mapa do território cultural do Velho Chico.....	21
Figura 3	Mapa do município de Sítio do Mato.....	21
Figura 4	Foto da casa do cais descrita por Richard Burton em 1890.....	24
Figura 5	Mapa de Pernambuco 1817.....	25
Figura 6	Mapa da Comarca de São Francisco com destaque para Sítio do Mato.....	26
Figura 7	Mapa de Sítio do Mato com destaque para a zona urbana do município.....	27
Figura 8	Foto do Arraiá do Gamelá, 2013.....	28
Figura 9	Foto da Lamentação na Semana Santa em Gameleira, 2022.....	28
Figura 10	Mapa da erosão no cais de Gameleira, 2022.....	30
Figura 11	Foto da rua do cais de Gameleira, 2008.....	30
Figura 12	Mapa de Sítio do Mato, com destaque para o distrito de Gameleira.....	31
Figura 13	Mapa de Sítio do Mato com destaque para o quilombo Mangal.....	32
Figura 14	Marujada no quilombo Mangal Barro Vermelho, década de 70.....	33
Figura 15	Seu Martino Souza, atual mestre da Marujada do Quilombo, 2021.....	33
Figura 16	Lista de assentamentos e títulos provisórios em Sítio do Mato, 2022.....	34

Figura 17 Escavação de urnas funerárias da etnia indígena Aratu, 2013.....	35
Figura 18 Avião dos missionários presbiterianos em Sítio do Mato, 1979.....	36
Figura 19 Casa pastoral construída pelos missionários em Sítio do Mato, 1979.....	37
Figura 20 Casa pastoral, moradia do Sr. Abel Oliveira, 2020.....	37
Figura 21 Missionária Eileen Stark em Sítio do Mato, década de 1950.....	39
Figura 22 Fachada da Escola Evangélica de Sítio do Mato, anos 2000.....	39
Figura 23 Fachada da Igreja Presbiteriana de Sítio do Mato, anos 2000.....	40
Figura 24 Carteira de trabalho assinada pela Associação Evangélica em 1978.....	41
Figura 25 Jussara atendendo na Clínica Porto Feliz, 1979.....	42
Figura 26 Jussara e Sofia em pé sobre o muro da clínica, 1979.....	43
Figura 27 Jussara, Sofia, João Gabriel com os pais de Sofia, 1979.....	44
Figura 28 Verso da fotografia anterior.....	44
Figura 29 Mapa do Vale do Ribeira.....	46
Figura 30 Cartaz do festival Tooro Nagashi em Registro-SP, 2020.....	47
Figura 31 Lanternas de papel descendo o rio Ribeira de Iguape em Registro-SP.....	48
Figura 32 Cópia dos registros de diretor sindical do meu avô, entre 1998 e 2003.....	49

Figura 33	Transcrição do cântico para Iemanjá, da Festa do Candeeiro de 1980.....	53
Figuras 34 e 35	Celebração ecumênica da primeira Festa do Candeeiro, 1979.....	54
Figura 36	Presente de Iemanjá no rio São Francisco. Festa do Candeeiro, 1984.....	55
Figura 37	Seu Lázaro da marujada, 2021.....	55
Figura 38	Marujada, 1984.....	56
Figura 39	Marujada, 2002.....	56
Figura 40	Presente de Iemanjá, década de oitenta.....	57
Figura 41 e 42	Procissão de Iemanjá, década de oitenta.....	57
Figura 43 e 44	Festa do Candeeiro, década de noventa.....	58
Figura 45	Dona Lia e seus filhos em viagem à cidade da Barra, 1980.....	60
Figura 46	Desfile de Sete de Setembro em Sítio do Mato, 2022.....	65
Figuras 47 e 48	Princesas da Festa do Candeeiro, 2022.....	65
Figura 49	Tia Bilu comigo no colo ainda bebê, 1985.....	67
Figura 50	Nossa família e a de tia Bilu reunidas na casa de Santo André-SP, 1992.....	68
Figura 51	Joelma aos nove anos na orla de Sítio do Mato, 1994.....	69
Figura 52	Joelma no rio São Francisco, 1994.....	69
Figura 53	Joelma sentada no muro da clínica Porto Feliz, 1994.....	69

Figura 54 Joelma com catorze anos no rio São Francisco, 1999.....	71
Figura 55 Estudantes se apresentando no CECON, 2006.....	75
Figura 56 Fachada do CECON, 2006.....	75
Figura 57 Fachada em ruínas do CECON, 2023.....	76
Figura 58 Fachada da antiga clínica Porto Feliz, casa de dona Paixão, 2023.....	77
Figura 59 e 60 Jussara com estudantes na sala de leitura Castro Alves, 2010.....	79
Figura 61 e 62 Sala de leitura Castro Alves após a reforma, 2021.....	79
Figura 63 Ata da reunião do Fórum Faz Cidadão, 2002.....	82
Figura 64 Ação formativa da Fundifran na zona rural de Sítio do Mato, 2010.....	83
Figura 65 Relatório de campo do professor Dr. Luydy Fernandes, 2012.....	85
Figura 66 Sítio arqueológico no Morro do Lajeado em Sítio do Mato, 2012.....	86
Figuras 67 e 68 Exposição das urnas funerárias Aratus na Casa Candeeiro, 2021.....	86
Figura 69 Casa da família Moreira em Sítio do Mato, 2023.....	87
Figura 70 Carta de inscrição no processo de certificação dos pontos de cultura, 2020.....	90
Figura 71 Certificado de ponto de cultura da Casa Candeeiro do Oeste, 2020.....	91
Figuras 72 e 73 Meu avô em frente a Casa Candeeiro do Oeste em 2000 e em 2007.....	92

Figura 74 Frente da casa com a placa Casa de Cultura 17 de Março, 2014.....	93
Figura 75 Pintura da fachada da Casa Candeeiro após certificação, 2021.....	93
Figura 76 Fachada da Casa Candeeiro do Oeste após reforma, 2021.....	94
Figura 77 Seu Agostinho na janela do seu bar na praça de Sítio do Mato, 2021.....	96
Figura 78 Dona Maria Venturina com as roupas do reisado na janela de sua casa, 2021.....	96
Figuras 79 a 84 Cards de divulgação dos projetos realizados através da lei Aldir Blanc.....	98
Figuras 85 e 86 Cards de divulgação dos projetos Prêmio na Palma da Mão.....	100
Figuras 87 Pastoreio da Natividade, 2022.....	102
Figura 88 Reisado na Casa Candeeiro do Oeste, 2022.....	102
Figura 89 Pastoreio da Natividade, 2022.....	103
Figura 90 Erosão no cais de Gameleira em 2007.....	104
Figura 91 Ruína da igreja de Santo Antônio em Gameleira, 2022.....	104
Figura 92 Integrantes do grupo de artesãs trabalhando a palha de banana, 2021.....	105
Figura 93 Oficina de confecção de bonecas de pano na Casa Candeeiro, 2022.....	106
Figuras 94 e 95 Vivência das estudantes da Faculdade de Belas Artes - UFBA, 2022.....	110
Figura 96 Card de divulgação da exposição Mãos(es) que criam, 2022.....	111
Figura 97 Exposição Mãos(es) que criam na Galeria do Aluno, EBA-UFBA, 2022.....	111

Figura 98 Nossa família em frente a casa que minha avó construiu para nós, 2014.....112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE SÍTIO DO MATO	19
2.1 O SÍTIO DOS HOMENS MAUS	19
2.2 DIVISÃO TERRITORIAL	27
2.3 A MISSÃO PRESBITERIANA	35
3 A FESTA DO CANDEEIRO	45
3.1 FESTEJAR E CRIAR NOVAS MEMÓRIAS	45
3.2 SINCRETISMO RELIGIOSO NA FESTA DO CANDEEIRO.....	49
3.3 A PASSAGEM DO TEMPO E OS DESDOBRAMENTOS DA FESTA	59
4 QUANDO EU ENTRO NA HISTÓRIA	66
4.1 A SEGUNDA MIGRAÇÃO	66
4.2 A ESTRADA E OS SEUS ATRAVESSAMENTOS	71
4.3 AS CASAS E O TEMPO	74
5 A CASA CANDEEIRO DO OESTE	78
5.1 MINHA MÃE, A SALA DE LEITURA E O MOVIMENTO DE MULHERES	78

5.2 COMO NOSSA CASA VIROU PONTO DE CULTURA	84
5.3 A LEI ALDIR BLANC E SEU IMPACTO NA CASA	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	113
APÊNDICES.....	120
LISTA DE ENTREVISTADOS.....	120

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é uma cartografia, e busca compreender o surgimento da Festa do Candeeiro na cidade de Sítio do Mato, Bahia, e a sua influência na cultura, na identidade e na política do município. A partir dessa observação tento compreender a emergência dessa manifestação cultural na comunidade, e as transformações sofridas por ela ao longo do tempo. A pesquisa compreende um período histórico de quarenta e quatro anos (1979-2023). Além desse recorte temporal que vai do surgimento da festa até os dias atuais, também faço uma revisão bibliográfica e histórica buscando observar o surgimento, localização e extensão territorial de Sítio do Mato.

A Festa do Candeeiro é uma celebração criada por meu falecido avô, João Gabriel, quando migrou de São Paulo para a Bahia na década de setenta. A festa também é um marco na nossa história. Entre as décadas de oitenta e 2000, nossa família viveu em trânsito, até se instalar definitivamente em Sítio do Mato. Foi nesse contexto que eu nasci e cresci. Por isso ao longo da dissertação também observo os processos migratórios e de trânsito, e seu impacto na formação da minha identidade em diálogo com autores que tratam de território, identidade e memória.

Ao conceber a Festa, meu avô reuniu memórias e experiências que adquiriu ao longo da vida, e que mesclam elementos das culturas nipo-brasileira, afro-brasileira, e do cristianismo. Trato da Festa do Candeeiro como uma manifestação cultural imaginada, partindo da noção de imaginário social que remonta aos estudos sociais de Marx, Durkheim e Weber, autores que buscam compreender o sentido que os atores sociais atribuem às suas ações (SERBENA, 2003, p.3), e que ajuda a pensar a cultura como um campo de significações (WILLIAMS, 1992) criadas pelos sujeitos individual e coletivamente.

Na pesquisa de campo foram observados documentos e fotografias que compõem o acervo da *Casa Candeeiro do Oeste*, e também o acervo pessoal da minha família. Estes elementos contribuíram para ilustrar na pesquisa a atividade política e cultural da minha família em Sítio do Mato. Além disso, esses registros também servem de objeto de análise para pensar a passagem do tempo, e a relação dos sujeitos com o patrimônio. Busco observar principalmente as casas nas quais minha família morou e trabalhou durante os últimos quarenta anos, o vínculo afetivo estabelecido por nós com esses espaços, e as transformações

sofridas por eles ao longo dos anos. Através dessa observação, tento refletir sobre a perspectiva decolonial de patrimônio discutida por Márcia Chuva (2020), e a noção de vínculos emocionais coletivos, que mobilizam as pessoas em torno de bens culturais proposta por Daniel Fabre (2001).

Esse estudo também se fundamenta nas entrevistas realizadas em campo, com moradores, memorialistas e pessoas da comunidade. Sempre consentidas, gravadas e/ou filmadas, anotadas. Seguimos a perspectiva de Paul Thompson (2009) acerca dos cuidados com a condução das entrevistas. Todos os entrevistados assinaram termos de consentimento antes de serem entrevistados, as transcrições foram feitas ou as percepções do que foi informado foi devidamente anotado. Muitas das fotos surgiram dessas entrevistas, ou outras fontes/caminhos. No apêndice temos a relação completa dos entrevistados com a respectiva mini bio.

A dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro tem o intuito de apresentar a cidade de Sítio do Mato ao leitor, através de uma revisão histórica sobre o município. Parto de registros do século XVIII, que comprovam a existência da comunidade desde essa época, e continuo o capítulo explicando a divisão territorial da cidade e o período em que ela foi distrito de Bom Jesus da Lapa. Concluo falando da missão presbiteriana, sua função na migração da minha família de São Paulo para Sítio do Mato, e sua influência na cultura do município.

No segundo capítulo escrevo sobre o surgimento da Festa do Candeeiro. Início discutindo o conceito de Festa, e revisando a história do meu avô João Gabriel, desde os tempos da sua infância e juventude na cidade de Registro-SP, no Vale do Ribeira.. Em seguida discorro sobre o Tooro Nagashi de Registro, celebração nipo-brasileira que teve forte influência na criação da Festa do Candeeiro. Sigo ao longo do capítulo discorrendo sobre o sincretismo religioso da festa, que também reúne elementos da cultura afro-brasileira e do cristianismo na sua constituição, e sobre a sua função política para a emancipação de Sítio do Mato. Concluo o capítulo refletindo sobre os fatores que levaram à descontinuidade da Festa, e o legado que ela deixou para o município.

O terceiro capítulo é dedicado à discussão acerca da relação de trânsito entre Sítio do Mato (BA) e Santo André (SP) estabelecida por minha família, e o impacto desse movimento na formação das minhas memórias e da minha identidade. Aqui me debruço sobre o processo de escrita baseada em recortes de lembranças minhas, de familiares e de pessoas entrevistadas para este trabalho. Nele falo sobre como a história da família atravessa e influencia a minha trajetória pessoal e profissional. É também neste capítulo que discorro sobre a relação de

vínculo afetivo que estabelecemos com o patrimônio a partir das memórias que ele suscita em nós, e como isso pode ser compreendido como um processo cíclico e não linear, alicerçado inclusive em lembranças transmitidas por terceiros.

O último capítulo apresenta a *Casa Candeeiro do Oeste*, Ponto de Cultura estabelecido na casa de minha mãe, Jussara Moreira. Aqui relato como nossa casa se tornou uma casa de cultura. Destaco a luta individual e coletiva de minha mãe para fomentar o desenvolvimento social e econômico do município através da educação e da cultura, e apresento o coletivo de mulheres que gerencia a *Casa Candeeiro do Oeste*. Concluo relatando o processo de certificação como Ponto de Cultura pelo estado através da Lei Cultura Viva, e também busco observar como esse espaço se fortaleceu econômica e simbolicamente, a partir da aplicação dos recursos oriundos da Lei Emergencial nº 14.017/2020. (Lei Aldir Blanc).

Por fim, nas considerações finais apresento um panorama das atividades da *Casa Candeeiro do Oeste* após o encerramento dos projetos financiados pela Lei Aldir Blanc, as atividades realizadas pelo coletivo de mulheres para a manutenção do espaço entre os anos 2022 e 2023, e as perspectivas para a manutenção do Ponto de Cultura nos próximos anos. Encerro com uma breve reflexão sobre o impacto da pesquisa na minha trajetória acadêmica e pessoal, e na manutenção da memória da minha família e das suas batalhas.

2 FORMAÇÃO TERRITORIAL DE SÍTIO DO MATO

2.1 O SÍTIO DOS HOMENS MAUS

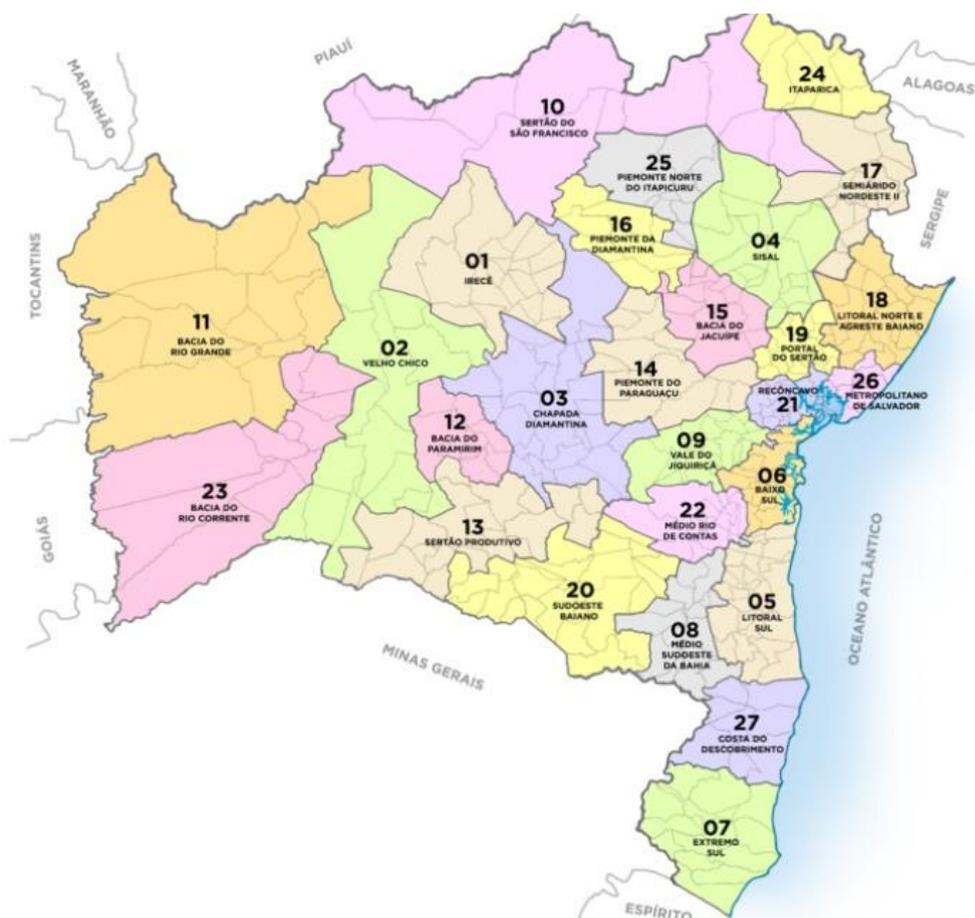
Sítio do Mato é uma cidade ribeirinha margeada por dois rios: o Corrente e o São Francisco. Segundo o IBGE¹, a população estimada para o município em 2021 é de 13.104 mil habitantes, com densidade demográfica de 6,88 habitantes por km² e com renda per capita média de 1,4 salários mínimos por habitante, ocupando o 381º lugar entre os 417 municípios da Bahia, em distribuição de renda. O município completou 34 anos no dia 08 de janeiro de 2023. Sítio do Mato foi distrito do município de Bom Jesus da Lapa de 1931 até o final da década de 1980, tendo se emancipado politicamente em 24 de fevereiro de 1989, através da lei estadual nº 4.834. O município faz divisa com as cidades de Bom Jesus da Lapa, Brejolândia, Paratinga, Serra Dourada, Santana, e Muquém do São Francisco.

¹Página do município no site do IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sitio-do-mato/panorama> Acesso em: 01/08/2022.

Sítio do Mato integra o território cultural² nº 02 (Velho Chico), na divisão territorial implementada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia a partir de 2007. Conforme informação disponível no site³ da Secult Bahia, a constituição dos Territórios de Identidade (TI), segue conceito de território estabelecido pela Superintendência de Estudos Econômicos, para o MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário - SEI/BA:

São reconhecidos 27 Territórios de Identidade, demarcados por critérios ambientais, econômicos e culturais, entre outros, além de observar as populações como grupos sociais relativamente distintos, os quais indicam identidade, coesão social, cultural e territorial. Deste modo, a SecultBA assumiu a Política de Territorialização da Cultura, em todas as suas instâncias, em atenção à diversidade de manifestações culturais dos Territórios de Identidade. (SECULT-BA, s/p)

Figura 01 - Mapa dos territórios culturais da Bahia



Fonte: Site da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

² Os mapas que ilustram este capítulo foram retirados dos sites do SEI Bahia, da SecultBa e da FGV. N.A.

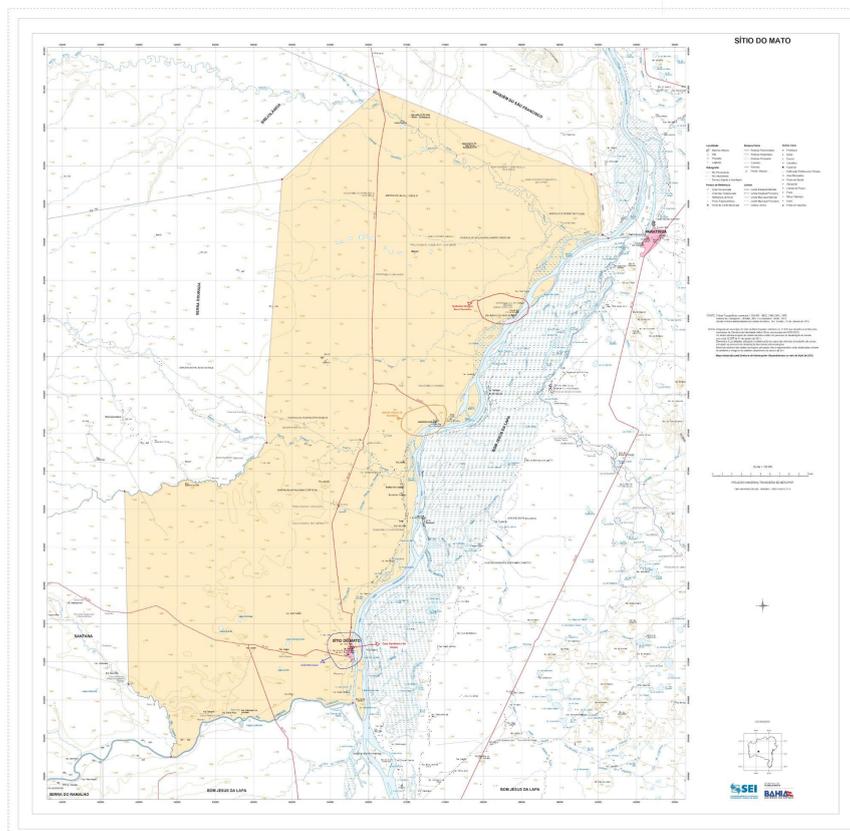
³ Link para a página sobre a divisão territorial da Bahia no site da Secult: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314> Acesso em 19/01/2023

Figura 02 - Mapa do território cultural do Velho Chico
02 | Velho Chico



Fonte: Site da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Figura 03 - Mapa do município de Sítio do Mato



Fonte: Mapa disponível para download no site do SEI - Bahia

De acordo com o cientista político graduado na Universidade de Brasília (UNB), e ex presidente da câmara de vereadores de Sítio do Mato, Ethyene Dias (2022), a emancipação do município ocorreu ao final da década de oitenta devido ao momento político oportuno, pois a legislação da época permitia que municípios com a população pequena, como era o caso de Sítio do Mato, que tivessem representantes na arena política, na câmara federal e também na assembleia legislativa da Bahia, buscassem meios para alcançar a independência política.

A partir do governo de Waldir Pires, em 24 de fevereiro de 1989, o governador assinou o decreto 4834 de 1989, que institucionalizou, que criou o município de Sítio do Mato. Vale dizer que essa inclusive deveria ser a data de comemoração do aniversário da cidade, mas não sabemos, ou não temos a clareza exata do porque que houve essa mudança do dia 24 de fevereiro, que fundou o município de Sítio do Mato, que o governo do estado da Bahia referendou, decretou, estabeleceu como marco inicial do nosso município, e esse marco inicial, o aniversário da cidade, é comemorado 08 de janeiro. (DIAS, 2022, s/p)

O decreto assinado pelo então governador Waldir Pires, determina o desmembramento dos distritos de Sítio do Mato e Gameleira da Lapa de Bom Jesus da Lapa, e institui o município de Sítio do Mato:

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA⁴, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei: **Art. 1º** Fica criado o Município de Sítio do Mato, decorrente do desmembramento dos atuais Distritos de Gameleira da Lapa e Sítio do Mato, do Município de Bom Jesus da Lapa, sediado no último Distrito. (BAHIA, 1989, s/p)

Na ocasião da emancipação, a cidade não tinha ainda infraestrutura política e institucional para se autogerir, ficando a cargo da comissão formada na câmara municipal de Bom Jesus da Lapa, entre vereadores e sociedade civil, a implementação dessa estrutura:

Sítio do Mato enquanto município ainda não tinha todas as suas instituições com condições de garantir a sobrevivência do município. Então ficou estabelecido naquele decreto que o município de Bom Jesus da Lapa ainda continuaria dando o respaldo, o suporte para que este município que acabava de ser criado pudesse ter a sua própria vida. (DIAS, 2022, s/p)

A prefeitura e a câmara dos vereadores foi instituída em 1990, após a primeira eleição municipal da cidade, tendo como primeiro prefeito eleito o senhor Dionísio Silva, que

⁴ Link de acesso à Lei ordinária 4834 na íntegra: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-4834-1989-bahia-cria-o-municipio-de-sitio-do-mato-desmembrado-do-municipio-de-bom-jesus-da-lapa> Acesso em 07/02/2023

é o atual vice-prefeito da cidade na gestão 2021-2024, sendo o prefeito eleito o senhor Cássio Cursino (PSD).

Ao longo dos 34 anos de emancipação do município, o poder político alternou-se sempre entre os mesmos grupos, aquele vinculado ao senhor Dionísio Silva, e o ligado ao senhor Alfredo Magalhães, havendo eventualmente “mudança de lado” de algum apoiador com influência política na comunidade. A política sítio matense reproduz um padrão que se repete em inúmeros municípios brasileiros. Há um binarismo entre famílias que possuem o domínio hegemônico da política local, e que é sustentado pela cultura da corrupção (VICH, 2017) naturalizada e fortalecida na comunidade como uma laço social⁵ entre os cidadãos, que negociam votos com os líderes políticos locais em troca de interesses pessoais.

Em publicação do site *Sítio do Mato em Foco*⁶, que reúne informações sobre a cidade, está registrado que Sítio do Mato recebeu esse nome por ter se desenvolvido a partir de um sítio de mata virgem, onde viviam os seus primeiros habitantes. O referido site foi criado e mantido pelo sítio matense, e professor de computação do Instituto Federal da Bahia de Porto Seguro, Josualdo Dias. Essa informação é reafirmada por outros portais como o site *Cidades do meu Brasil*⁷, que informa ainda que após a emancipação o município foi renomeado de Porto Feliz, nome que não prevaleceu por já haver outra cidade com esse nome no estado da Bahia.

Outra versão da história que circula entre alguns moradores mais idosos, diz que o nome Sítio do Mato vem de “Sítio de homens maus”, pois ali era o esconderijo de jagunços no início do século XIX, graças ao difícil acesso pelo rio. Essa versão é contada por algumas pessoas mais velhas, como o falecido senhor Agostinho, que era dono de um bar na praça principal da cidade, e citou essa história em entrevista de 2019, confirmada por seu filho Rubens. A história dos homens maus também é contada por alguns idosos do “povo dos gatos”, família antiga da cidade, que compõem uma espécie de elite econômica branca do município, e que relataram essa história dos “homens maus” para meu avô Gabriel, na década de setenta. Segundo descrição do explorador britânico Richard Burton (1890), Sítio do Mato já tinha esse nome no século XIX, e servia de porto para aqueles que navegavam pelo rio.

⁵ Victor Vich, em seu artigo “*O que é um gestor?*”, diz que a corrupção hoje é uma cultura na América Latina, que não está restrita aos políticos, mas que se estabelece como um tipo de laço social que permeia a vida cotidiana, e que está entremeado na vida social. (VICH, p.50, 2017)

⁶ Página do site Sítio do Mato em Foco: <http://www.sitiodomatoemfoco.com.br/portal/sitio-do-mato-bahia/>
Acesso em: 17/01/2023.

⁷ Página de Sítio do Mato no site Cidades do meu Brasil: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/ba/sitio_do_mato Acesso em: 07/02/2023

Abaixo do porto, que está inundado, o barranco da margem se eleva a 12 metros, empurrando o rio principal para o nordeste. O terreno alto é dividido em duas ondulações e, na depressão situada entre elas, existe uma manga, comunicando-se com o embarcadouro de gado, de onde ele é transportado, em um ajojo, para Sincorá e a Chapada baiana. Acima, fica a aldeia de Sítio do Mato, que se estende, aproximadamente, na direção norte-sul, constituída por uma fileira de ranchos de barro e três casas caiadas. Desembarcamos abaixo do povoado, pisando a tauá, uma argila branca e dura, que formava a base de uma rampa arenosa, muito íngreme. Do outro lado ficava a aparatosa casa - cantos do telhado enfeitados com pombos de gesso branco e assim por diante. (BURTON, p. 237-238, 1890)

Localizado à margem direita do rio São Francisco, o povoado pertencia a província de Pernambuco até a Revolução dos Padres em 1817, quando, após a derrota do movimento separatista, Portugal puniu Pernambuco com a perda da comarca de São Francisco, que passou a pertencer provisoriamente a Minas Gerais, até ser transferida para a província da Bahia em 15 de outubro de 1827 (MARTINS, 2010).

Figura 04 - Ruína da casa aparatosa descrita por Burton ao desembarcar em Sítio do Mato em 1890



Foto: Messias Barreto, 2023.

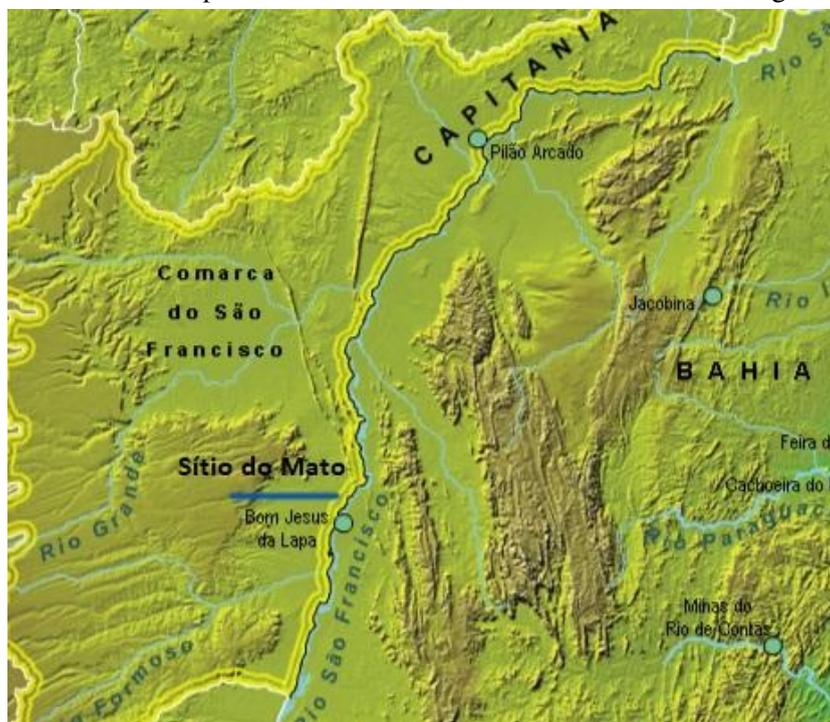
Figura 05 - Mapa de Pernambuco, 1817



Fonte: Atlas Fundação Getúlio Vargas⁸

⁸ Link para o mapa no site da FGV: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-colonia-reino-unido/mapas/revolucao-de-1817-pernambuco-insurgente> Acesso em: 09/02/2023

Figura 06 - Recorte do mapa da Comarca de São Francisco, Sítio do Mato grifado em azul.



Fonte: Atlas Fundação Getúlio Vargas (grifo da autora)

O acesso por terra só foi facilitado após a construção da ponte Gercino Coelho em 1990. A ponte, que atravessa o rio São Francisco, serve de ligação entre as estradas federais BR-349 e BR-430, e foi inaugurada durante a gestão do governador Nilo Coelho (PMDB), que junto com a sua família é dona de uma das maiores fazendas de Sítio do Mato.

Apesar da emancipação política ocorrida a mais de trinta anos e da construção da ponte, Sítio do Mato ainda mantém uma relação de dependência econômica e política com Bom Jesus da Lapa. O acesso dos sítio matenses⁹ a serviços bancários e de saúde por exemplo ainda ocorre em grande medida em Bom Jesus da Lapa.

Do ponto de vista dessa independência que Sítio do Mato alcançou, entre os anos de 1990 e 2000, um período de dez anos, as alterações que ocorreram no município não foram tão significativas, no quesito dependência econômica. A partir do ano 2000, depois de uma eleição bastante disputada, apresentava-se ali uma ideia mais forte no sentido de tentar buscar uma independência maior para o município de Sítio do Mato. Mas também não foi suficiente, de tal forma que chegamos ao ano de 2022 tendo ainda relações de muita dependência com o município de Bom Jesus da Lapa. Principalmente no quesito, dependência do sistema público de saúde,

⁹ Gentílico utilizado para designar as pessoas que nascem no município de Sítio do Mato. N.A.

dependência de serviços bancários, do consumo de produtos que aqui em Sítio do Mato ainda não são ofertados. Porém, vale dizer que a emancipação de Sítio do Mato foi fundamental para os avanços que a cidade tem hoje. (DIAS, 2022, s/p)

Como principais avanços Etyene Dias (2022) cita a ampliação da rede municipal de ensino, a construção de postos de saúde na zona rural da cidade, e a realização de dois concursos públicos no município, primeiro para a câmara de vereadores em 2008, seguido do concurso para servidores da prefeitura, incluindo professores, em 2009. Ambos possibilitaram o ingresso de muitos moradores no serviço público municipal, o que trouxe mais estabilidade e dinamismo econômico para Sítio do Mato.

2.2 DIVISÃO TERRITORIAL

Sítio do Mato possui uma sede urbana e um distrito urbano, Gameleira da Lapa, que é um forte reduto cultural do município. Em Gameleira acontece a saída das margaridas e dos caretas no carnaval, o Arraiá do Gamelá no São João, além de outras manifestações culturais tradicionais, como a roda de São Gonçalo e a encenação da Paixão de Cristo nas ruas.

Figura 07 - Recorte do Mapa de Sítio do Mato com destaque para a zona urbana do município



Fonte: SEI - BA

Figura 08 - Arraiá do Gamelá, 2013.



Fonte: Blog do Arraiá do Gamelá¹⁰ Foto: Anderson Leite

Figura 09- Lamentação na Semana Santa, 2022.



Fonte: Facebook Gameleira da Lapa - BA. Foto: Anderson Leite

¹⁰ Blog do Arraiá do Gamelá: <https://arraiadogamela.blogspot.com/> Acesso em 07/02/2023

Segundo Elvis Augusto, pedagogo e um dos administradores da página Gameleira da Lapa¹¹ - BA no Facebook, as festas resistem ao tempo no distrito, graças a força do catolicismo no local, e de um senso de comunidade, liderado especialmente pelas matriarcas de Gameleira:

Devido às mulheres né, que se juntam e organizam determinados movimentos, independente de patrocínio, independente se vai ter recurso ou não. Mas o desejo de fazer parte, o desejo de ter algo da comunidade. Como exemplo disso eu destaco no período do carnaval as marchas da terceira idade. Que são mulheres realmente de terceira idade, com cerca de 70, 80 anos, e elas se organizam entre si, com horários determinados, com figurinos específicos para relembrar a época que eram jovens e que elas se divertiam de uma maneira bem saudável. (AUGUSTO, 2022, s/p)

Além do empenho da comunidade para a realização das festas populares compreendidas como bem imaterial¹² (IPHAN, p. 25, 2008), Gameleira também tem um forte movimento popular na luta pela preservação dos bens materiais (IPHAN, p.26, 2008) e nas questões ambientais do distrito. Para Elvis, o envolvimento da população com essa pauta surge em decorrência dos problemas de erosão na margem do rio enfrentados pela comunidade, que já teve duas ruas “engolidas” pelo rio São Francisco, e se fortalece após as gravações do longa-metragem “Narradores de Javé” em Gameleira.

A afirmação de Elvis é reforçada pelo depoimento de outros moradores de Gameleira, como Erivânia Nunes e Warlisson Ferreira, entrevistados para o projeto¹³ *Revisitando Javé*¹⁴, realizado em 2021 e que discute patrimônio e memória a partir do audiovisual.

No início¹⁵, ah vai vir um filme, e isso vai levantar o astral da comunidade, como levantou mesmo, porque o filme trouxe pra gente, não só na questão financeira, mas como a gente vivia em uma comunidade onde tudo acontecia e ninguém percebia os acontecimentos, como a questão da limpeza pública que partiu daí. A gente não tinha coleta de lixo, e a gente vivia meio despercebido, cada um limpava o seu pedaço e assim ficava. Então o filme levantou essas questões ambientais, ecológicas e culturais. (SILVA, 2022, s/p)

¹¹ A página Gameleira da Lapa no Facebook reúne informações sobre as tradições e a cultura de Gameleira, além de apresentar informações de utilidade pública e pautas ambientais para a comunidade : <http://bit.ly/3DOOusV> Acesso em: 07/02/2023

¹² Segundo o dicionário do IPHAN (2008), bens materiais compreendem “Cantos e danças populares, Feiras, Festas religiosas, Festas, Folguedos, Manufatura caseira, Procissões litúrgicas, Produção artesanal, Tecelagem popular, Modos de fazer e criar, Ritos, Ofícios” e bens materiais são “Cultura material, bens arquitetônicos” de natureza móvel, imóvel ou integrada.

¹³ O projeto será apresentado com maior profundidade no quarto capítulo da dissertação. N. A.

¹⁴ Link para o vídeo com as entrevistas do projeto: <https://youtu.be/uJ2LeKQWbOc> acesso em 06/02/2023

¹⁵ Trecho da entrevista de Erivânia Nunes da Silva, 48 anos, realizada em janeiro de 2022 para o projeto Revisitando Javé. N.A.

Eu ¹⁶acho que uma das coisas que o filme trouxe assim que foi bem legal foi a conscientização com a limpeza. Da limpeza das ruas que teve um trabalho pra gente limpar. (ALMEIDA, 2022, s/p)

Figura 10 - Mapa do risco de erosão na orla de Gameleira, 2022



Fonte: Facebook Gameleira da Lapa Bahia

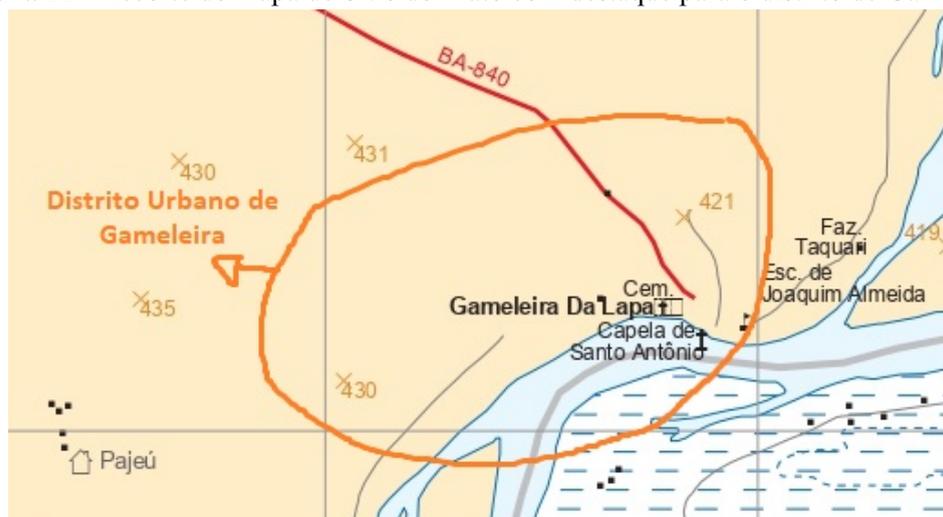
Figura 11 - Rua do cais em Gameleira, 2008



Foto: Joelma Stella

¹⁶ Trecho da entrevista de Warlisson Ferreira de Almeida, realizada em janeiro de 2022 para o projeto Revisitando Javé. N.A.

Figura 12 - Recorte do mapa de Sítio do Mato com destaque para o distrito de Gameleira



Fonte: SEI - BA

Outro forte reduto cultural de Sítio do Mato é o Quilombo Mangal Barro Vermelho, localizado alguns quilômetros rio acima partindo do distrito. Segundo algumas narrativas contadas por moradores, e compiladas na tese de doutorado em história de Nivaldo Dutra (2015), às terras do quilombo seriam “terras de santo” doadas a Nossa Senhora do Rosário em um momento remoto da história, do qual os moradores não conseguem se lembrar e apresentar relatos precisos. (DUTRA, p.43, 2015), e abrigaria pessoas fugidas de fazendas de gado na região do médio São Francisco:

Em quase todas as narrativas sobre a história do quilombo do Mangal/Barro Vermelho, aparece a referência ao nome do capitão João, provavelmente um dos primeiros fazendeiros que os moradores mais antigos de Mangal/Barro Vermelho têm notícias. O capitão João é lembrado como um rico fazendeiro, morador do município de Barra, na região do Médio São Francisco, grande criador de gado, e que segundo os moradores de Mangal teve dois filhos, Osório e Artur. (DUTRA p. 42, 2015)

O Mangal Barro Vermelho foi reconhecido como quilombo junto com outras comunidades através do decreto 4.887/0329 que determina que são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. (BRASIL, 2003, p. 01). Promulgado no dia 20 de novembro de 2003, ele regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, tratados no artigo 68 do ADCT. (DUTRA, p. 52, 2015)

De acordo com o blog *Quilombo Mangal Barro Vermelho*¹⁷, administrado pelo quilombola Jailton Oliveira, em janeiro de 1999, foi titulada uma área de 153 hectares pelo Instituto de Terras da Bahia (Interba) em conjunto com a Fundação Cultural Palmares, sendo a primeira comunidade baiana a ser titulada pelo órgão Estadual. Posteriormente, em julho de 2000, outros 7.615 hectares foram titulados pela Fundação Cultural Palmares.

Figura 13 - Recorte do Mapa de Sítio do Mato com destaque para o quilombo



Fonte: SEI - BA

No quilombo¹⁸ destacam-se a realização da festa de São Sebastião, a barquinha, a roda de São Gonçalo e a marujada¹⁹. Lá também está localizada a capela Nossa Senhora do Rosário, construção centenária que mescla na sua constituição simbólica e arquitetônica elementos da religiosidade católica e afro brasileira, e o Ilê Axé Nanã Burokê, um dos poucos terreiros de candomblé ainda ativos na cidade.

¹⁷ Link para o blog Quilombo Mangal Barro Vermelho, que reúne informações sobre a comunidade quilombola e é administrado por Jailton Oliveira: <https://quilombomangalbarrovermelho.blogspot.com/> Acesso em: 07/02/2023.

¹⁸ Informações mais detalhadas sobre as festas do quilombo estão disponíveis na tese de Nivaldo Dutra: Retalhos da Memória: Os negros de Mangal/Barro Vermelho - comunidade quilombola do Médio São Francisco-Bahia - defendida na PUC-SP em 2015. N.A.

¹⁹ Link para o mini documentário “Marujada do Mangal: um legado de resistência e existência”, produzido pela Rede de Cheganças, Marujadas e Embaixadas da Bahia, com recursos da Lei Aldir Blanc: https://youtu.be/d5NW4_9wExs Acesso em: 06/02/2023

Figura 14 - Marujada no quilombo Mangal Barro Vermelho, década de 70



Fonte: Blog Quilombo Mangal Barro Vermelho

Figura 15 - Seu Martino Souza, atual mestre da Marujada do Quilombo, 2021.



Fonte: Documentário Marujada do Mangal: um legado de resistência e existência.
Direção Uilan Bispo

A maior parte do território sítio matense é de zona rural. Conforme notícia publicada no portal de notícias “Blog do Braga”, em agosto de 2022, na cidade existem 14 assentamentos, com 1.174 famílias que foram assentadas pelo INCRA no início dos anos 2000, e que começaram a ter a titulação ²⁰provisória de terras a partir de 2022²¹. A

²⁰ A tabela utilizada neste trabalho, com a lista de titulações concedidas no município, foi retirada do portal de notícias Blog do Braga. N.A.

²¹ Link para a notícia no Blog do Braga sobre a titulação provisória de terras pelo INCRA em Sítio do Mato: [https://blogbraga.com.br/noticia/IncraBa-inicia-mutirao-para-entregar-925-titulos-provisorios-em-Sitio-do-Mato-\(BA\)/20/5/2022](https://blogbraga.com.br/noticia/IncraBa-inicia-mutirao-para-entregar-925-titulos-provisorios-em-Sitio-do-Mato-(BA)/20/5/2022) Acesso em: 06/02/2023

informação foi confirmada pelo atual secretário de agricultura de Sítio do Mato, Francisco Sodré.

Figura 16 - Lista de assentamentos e títulos provisórios em Sítio do Mato, 2022.

Assentamento	No. De Títulos Provisórios
Conceição	37
Imborés	62
Mangal I	35
Mangal II	73
Marolândia	17
Nova Esperança	80
Quilombola Barro Vermelho	93
Reunidas José Rosa	27
Santa Rosa	4
Riacho dos Cavalos	50
São Caetano II	32
São Felipe	25
Talismã	30
Vale Verde	360

Fonte: Blog do Braga

Em parte do território ocupado pelos assentamentos encontram-se dois sítios arqueológicos²² Aratus, o do Morro do Lajeado e o sítio arqueológico do Vale Verde, que foram descobertos por moradores e verificados pela equipe de arqueologia da UFBA, em viagens de campo coordenadas pelo professor Dr. Luydy Abraham Fernandes (UFRB/UFBA).

²² Os sítios arqueológicos serão melhor apresentados no terceiro capítulo dessa dissertação. N.A.

Figura 17 - Escavação de urnas funerárias Aratus em Sítio do Mato, 2013.



Fonte: Relatório de pesquisas de campo Luydy Fernandes

2.3 A MISSÃO PRESBITERIANA

Como foi apresentado no início deste capítulo, Sítio do Mato apesar de já ser identificado como território há muito tempo, era uma região de difícil acesso e carente de recursos básicos de cidadania. Considerando a extensão geográfica do Brasil, e a concentração populacional e de recursos especialmente na região sudeste²³, Sítio do Mato, assim como outras localidades dos interiores do norte e nordeste, foi em certa medida negligenciada pelo poder público em suas múltiplas esferas ao longo dos anos.

Para Milton Santos (2000), ser “cidadão em um país” sobretudo quando o território é extenso, e a sociedade muito desigual (o caso do Brasil) pode constituir apenas uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Nesse sentido, as políticas territoriais, implementadas a partir da primeira metade dos anos 2000, são um passo importante na busca pela descentralização de investimentos públicos e privados, e na escuta da população local de cada região, para garantir o acesso das pessoas a direitos humanos básicos.

²³ Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), o Brasil se divide em quatro regiões. Essa divisão se baseia na distribuição desigual dos meios técnicos-científicos-informacionais ao longo dos séculos pelo país. Os geógrafos nomearam essa divisão de “Os quatro Brasis”: região Concentrada, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia. A região concentrada, que reúne os estados do sudeste/sul, é a que tem a maior concentração populacional, científica e econômica, sendo portanto privilegiada no cenário nacional diante das outras regiões. N.A.

Assim, a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. (SANTOS, p. 130, 2000)

Porém, na primeira metade do século XX as políticas territoriais ainda eram uma realidade distante no médio São Francisco, e a fiscalização do que ocorria nessa região por parte do governo brasileiro também era precária. Foi nesse contexto que na década de 1930 a missão presbiteriana chegou a Sítio do Mato, através de uma pista de pouso clandestina, e se instalou onde hoje é a sede urbana do município.

Figura 18 - Avião dos missionários em Sítio do Mato, 1978



Foto: João Gabriel

De acordo com o professor de história e atual presidente da Associação Presbiteriana de Sítio do Mato, Ramilton Landim (2022), a cidade foi a última a integrar as missões na região. O projeto missionário presbiteriano previa ações que contribuíssem para o

desenvolvimento “civilizatório” dentro do modelo estadunidense, para regiões da América Latina consideradas “não civilizadas”:

A missão dos mensageiros de Deus era trazer a civilização a uma terra inóspita, árida, vazia, transformando as feições da região, possibilitariam efetivar seu projeto civilizador para os trópicos brasileiros. Civilizar significava, para eles, oferecer àquela população a salvação do espírito, através dos seus preceitos religiosos, e do corpo, pelas suas instituições nas áreas educacional e médica. Desse modo, a intervenção daqueles norte-americanos foi se estendendo a tudo o que se relacionava ao ordenamento urbano e ao “bom” funcionamento de um grupo social (NASCIMENTO, 2005 p.2).

Figura 19 - Casa Pastoral construída pelos missionários em Sítio do Mato, 1979



Foto: João Gabriel

Figura 20 - Casa Pastoral, moradia do Sr. Abel Oliveira, 2020



Foto: Joelma Stella

Esse método “civilizatório” estadunidense assemelha-se ao método utilizado pelos colonizadores europeus, que se consideravam “enviados de Deus” para levar o progresso para civilizações “bárbaras”, e salvar suas almas a partir da conversão religiosa²⁴. Em Sítio do Mato, as missionárias principalmente, tiveram uma força de inserção e aceitação na comunidade muito grande, por exercerem junto a população funções de cuidadoras usualmente atribuídas às mulheres, em áreas que careciam de profissionais, como a saúde e a educação. Sobre o papel das missionárias (brancas, de classe média estadunidenses), nas missões religiosas estadunidenses pelo mundo, bell hooks escreve em seu livro *Teoria Feminista da margem ao centro*, citando a obra de Helen Montgomery, com enfoque na incursão dessas missionárias em países do Oriente:

Livros como *Western Women in Eastern Lands* (Mulheres Ocidentais em Terras Orientais), de Helen Montgomery, publicado em 1910, relatando cinquenta anos de trabalho de mulheres brancas em missões no estrangeiro, documenta o elo entre a luta pela libertação das mulheres brancas nos Estados Unidos e o imperialismo, a disseminação hegemônica dos valores ocidentais e da dominação do ocidente sobre o globo. Como missionárias, as mulheres brancas viajaram para o Oriente munidas de armas psicológicas para minar o sistema de crenças das mulheres do Oriente e substituí-los pelos valores ocidentais. (HOOKS, p. 191, 2019)

A análise de hooks e Montgomery trata de missões enviadas ao Oriente, que aqui também pode servir para pensar os países abaixo do Equador, ou ao sul do mundo. É notório que o imperialismo estadunidense estende seu olhar para a América Latina, e utiliza das mesmas estratégias para estender sua influência e valores sobre os países latinos. Assim as missões proviam acesso a saúde e educação, enquanto doutrinavam a comunidade dentro dos dogmas do imperialismo.

Em Sítio do Mato a principal referência para a comunidade da missão até hoje é a professora Eileen Stark, que deixou a cidade ainda na década de sessenta, e foi responsável pela implementação da Escola Evangélica de Sítio do Mato. Muitas meninas nascidas na cidade têm esse nome em homenagem à missionária, e uma escola infantil foi fundada com seu nome no início dos anos 2000, a “Escola Modelo Eileen Stark²⁵” que tinha como slogan:

²⁴Priscila Costa (2012) Discute em seu artigo “*O Destino Manifesto do povo estadunidense e o Espírito Colonizador Ibérico: a expansão e conquista em nome de Deus e a desmistificação do Paraíso na Terra*” as similaridades entre o método de conquista territorial utilizado pelos colonizadores europeus e o imperialismo estadunidense, baseado em um discurso/sentimento religioso. A autora toma por base estudos sobre o tema e a história da expansão territorial estadunidense sobre as populações nativas do que hoje é o oeste dos Estados Unidos. Link para acesso ao artigo: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16894/9956> Acesso em: 10/02/2023.

²⁵ Blog da escola Modelo Eileen Stark: <https://escolamodeloeileenstark.blogspot.com/> acesso em: 08/02/2023.

Uma grande escola começa pelo nome. A escola encerrou suas atividades em 2018. A força da missão na sede urbana do município contribuiu para que a igreja Presbiteriana fosse mais “forte” do que a igreja católica na região, e conseqüentemente enfraquecesse as tradições culturais derivadas da religiosidade católica.

Figura 21 - Eileen Stark. Sítio do Mato, década de 1950.



Fonte: Acervo da Associação Evangélica de Sítio do Mato

Figura 22 - Fachada da Escola Evangélica de Sítio do Mato, anos 2000



Foto: Joelma Stella

Os estadunidenses estiveram em Sítio do Mato por cerca de trinta anos. Neste período construíram a primeira escola e a primeira clínica médica do local. Não se pode negar que eles realizaram melhorias significativas na qualidade de vida da população. Ainda segundo Ramilton, a missão foi responsável pela redução da mortalidade infantil na região:

“Aqui em Sítio do Mato, especificamente, foi em 1932, quando o reverendo Ricardo Góes veio para cá, juntamente com o reverendo Rafael, que era engenheiro civil, e fez o processo de construção das casas pastorais. Ele também começou a fazer a clínica Porto Feliz, e a casa dos professores. A igreja foi feita depois e a Escola Evangélica. Então após a instalação dessa estrutura toda ser realizada, começou o processo de missão propriamente dito. A clínica foi feita primeiro, pois aqui a questão da saúde era precária, o número de mortos, a mortalidade infantil era grande. As crianças morriam aqui no sétimo dia, a famosa doença do sétimo dia, e com a clínica Porto Feliz isso foi sanado, essas crianças passaram a viver mais.” (LANDIM, 2022, s/p)

Figura 23 - Fachada da Igreja Presbiteriana de Sítio do Mato, anos 2000



Foto: Joelma Stella

Em novembro de 1978 minha mãe, Jussara Moreira, com vinte anos na época, chegou em Sítio do Mato contratada pela Associação Presbiteriana para trabalhar como técnica de enfermagem na Clínica Porto Feliz. Ela cursava o curso técnico de enfermagem

em Santo André, São Paulo quando soube do trabalho na missão através de uma colega de curso chamada Sônia:

Eu cheguei na Lapa em outubro, e fiquei lá uns dois dias na casa daquela minha colega Sônia, para depois vim pra cá. E aí quando eu vim pra cá eu não vim pelo rio, eu vim com Manoel Borracha e atravessamos no ajojo²⁶ pra cá, e eu cheguei aqui em Sítio do Mato no dia de todos os Santos de 1978.
(MOREIRA, 2023, s/p)

Figura 24 - Carteira de trabalho da minha mãe assinada pela Associação Evangélica em 1978

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: **Associação Evangélica Beneficiante de Sítio do Mato**

CNPJ: **13658406/0001-08**

Rua: **Associação Evangélica Beneficiante de Sítio do Mato** No. **7**

Município: **Sítio do Mato** Est. **SP**

Esp. do estabelecimento: **Associação Evangélica Beneficiante de Sítio do Mato**

Cargo: **Secreária de Imprensa e Ed. e Min. Inclusive**

Mun: **de Bom Jesus** C.B.C. nº **...**

Data admissão: **10** de **dezembro** de **1978**

Registro nº **6** Fls/Ficha **...**

Remuneração especificada: **R\$ 6.000,00 (quatro mil cruzeiros)**

Abel Oliveira
Ass. do empregador ou a rôgo c/ test.

1º **...**

2º **...**

Data saída: **15** de **julho** de 19 **79**

Abel Oliveira
Ass. do empregador ou a rôgo c/ test.

1º **...**

2º **...**

Fonte: Acervo pessoal de Jussara

²⁶ Ajojo é uma embarcação grande de madeira utilizada na região para atravessar o gado de uma margem a outra do rio. N.A.

Durante o período que trabalhou na clínica, minha mãe desempenhou funções para além do trabalho técnico em enfermagem. Naquela época as condições sanitárias e de saúde eram muito precárias na comunidade, mesmo com as melhorias trazidas pelos missionários. Ela começou a atuar como parteira junto com dona Tota, que era a parteira local, e em fevereiro de 1979, quando aconteceu a grande cheia do rio São Francisco, que inundou boa parte da cidade, ela trabalhou prestando suporte para as famílias desabrigadas. Minha mãe se engajou em questões políticas e sociais da comunidade, conquistando desse modo um lugar de destaque e respeito entre os moradores.

Figura 25 - Minha mãe atendendo na Clínica Porto Feliz, 1979.



Foto: João Gabriel

Figura 26 - Minha mãe a direita de roupa branca, e Sofia²⁷ a esquerda sobre o muro da clínica, 1979.



Foto: João Gabriel

Nesse mesmo período ela também estabeleceu vínculos de amizade com mulheres de Sítio do Mato que se tornaram relações de parceria e troca, tanto para a busca de melhores condições de vida para essas mulheres, quanto para a criação de cuidado dos filhos. A amizade se desdobrou em relações familiares comunitárias, que envolveram toda a família Moreira, surgindo a partir daí uma rede de apoio que se mantém a mais de quarenta anos, e que pode ser observada pelo uso de adjetivos familiares como “tia, vó e vô”, no relato de mulheres que nasceram e cresceram durante o período em que se estabeleceram essas relações:

Meu nome é Hidelvania, tenho 38 anos, sou de Sítio do Mato, Bahia. Eu conheço tia Ju desde pequena, que ela veio pra cá e fez amizade com a minha mãe, e a gente foi crescendo juntas, tia Ju, a Joelma que é amiga nossa desde pequena. A gente foi crescendo, cresceu todo mundo junto, aí depois ela foi estudar fora para fazer as faculdades dela. E aí eu fui embora também pra São

²⁷ Sofia era funcionária de serviços gerais da Associação Evangélica, responsável pela limpeza da clínica Porto Feliz. N.A.

Paulo, voltei, e já tem cinco anos que eu to aqui, do lado de tia Ju de novo. Voltei pra ficar perto deles, da família (SILVA, 2022, s/p)

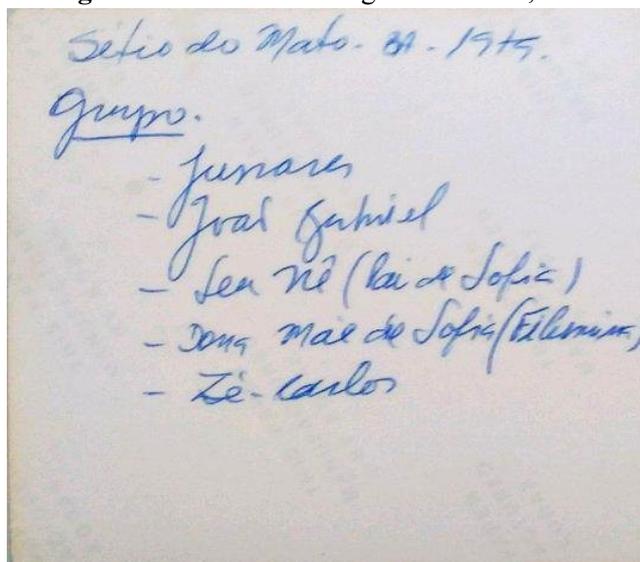
Meu nome é Vanessa Silva de Souza, moro em Sítio do Mato, tenho 41 anos. Sou professora, e ao longo do tempo conheci a tia Ju, professora Jussara, com muita alegria, e aí comecei a conhecer os pais dela, vó Márcia e o vô Gabriel, e fazia visitas aqui no domingo, que eu ainda não morava do lado. Ai todo domingo, sábado, eu vinha por aqui, passava, almoçava com eles. Aquela maior alegria, aquela maior satisfação que a vó tinha em receber as pessoas. A mesa sempre farta (SOUZA, 2022, s/p)

Figura 27 - Minha mãe, meu avô e os pais de Sofia, 1979.



Fonte: Acervo da Casa Candeeiro do Oeste

Figura 28 - Verso da Fotografia anterior, 1979.



Fonte: Acervo da Casa Candeeiro do Oeste

Conforme pode ser observado na fala de Vanessa, meus avós maternos migraram para Sítio do Mato acompanhando minha mãe, e estabeleceram também vínculos fortes de amizade e familiaridade com a comunidade. Ambos gostavam de receber pessoas e de festas, porém enquanto minha avó se realizava cozinhando para as pessoas e às recebendo em casa, meu avô gostava de festejar na rua. E foi assim que ele resolveu criar uma festa em Sítio do Mato.

3 A FESTA DO CANDEEIRO

3.1 FESTEJAR E CRIAR NOVAS MEMÓRIAS

A festa é um universal da cultura (CAVALCANTI, 2013, p.12), no Brasil elas são reconhecidas como um âmbito privilegiado de manifestação do chamado “patrimônio cultural imaterial” (SANT’ANNA, 2013 p. 23), o IPHAN (2010) inclui as festas na categoria “celebrações”, que ressalta sua importância como elementos simbólicos constituintes dos sentidos que marcam os territórios e os lugares (IPHAN apud SANT’ANNA, 2013, p. 23). Já a UNESCO define o conceito de festa como:

(...) o conjunto dos “usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes que as comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural” (UNESCO, 2011, s/p)

De acordo com Paulo Miguez (2012), a festa enquanto manifestação do campo da cultura, presente em todas as sociedades ao longo da história, deve ser entendida como um fenômeno trans-histórico e transcultural. Outros especialistas destacam justamente a historicidade de toda festa, suas circunstâncias transitórias, sua implicação direta com processos sociais e simbólicos específicos (CAVALCANTI, 2013, p.13). Segundo Bruno Cavalcanti (2013), ambas perspectivas são melhor observadas a partir de um olhar multidisciplinar que possibilita uma visão mais panorâmica do tema.

Neste trabalho penso a festa como um movimento cíclico, em constante transformação. Ela reúne em sua manifestação elementos agregados ao longo dos anos, que remetem a acontecimentos do passado e também ao tempo presente. Nesse movimento contínuo e inacabado de construção e manutenção da festa, elementos são incorporados ou removidos e ressignificados, para atender às demandas do momento. Os detalhes que

compõem a festa aqui estudada têm origem em múltiplas culturas, que como uma teia vão tecendo os símbolos que integram a celebração, e que busco destrinchar brevemente neste capítulo.

Observo para tanto o surgimento da Festa do Candeeiro em Sítio do Mato, Bahia, e os seus principais desdobramentos ao longo dos anos. A festa foi concebida pelo meu avô, João Gabriel Moreira, unindo elementos de outras festas com as quais ele teve contato ao longo da vida, desde a sua juventude no interior de São Paulo até a migração para a Bahia.

Quando minha mãe decidiu que iria trabalhar em Sítio do Mato, seu pai, João Gabriel Moreira, resolveu acompanhá-la. Meu avô era filho de pescador nascido em Registro, cidade do Vale do Ribeira, território composto por 28 municípios, 21 localizados no estado de São Paulo e 07 no Paraná. O Vale do Ribeira compreende a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, e o complexo estuarino lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá.

Figura 29 - Mapa do Vale do Ribeira



Fonte: Site do Vale do Ribeira²⁸

Em Registro meu avô conheceu o Tooro Nagashi²⁹ - Festival das Lanternas

²⁸ Mapa e informações sobre municípios retirados do site O Vale do Ribeira: <https://www.ovaledoribeira.com.br/> Acesso em 28/02/2023.

²⁹ Tooro Nagashi é uma homenagem japonesa aos seus antepassados, na qual lanternas de papel são colocadas nas águas de um rio. Foi realizado pela primeira vez no Brasil em 1955, em memória às vítimas de afogamento no Rio Ribeira de Iguape (SP). Disponível em: <https://www.tooronagashi.com.br/> Acesso em: 14 jul. 2022.

Flutuantes, festa de origem japonesa³⁰ que é realizada anualmente no município desde 1955. O Tooro Nagashi é uma celebração para os mortos, que acontece em Registro todo dia 02 de novembro (finados). É uma prática oriunda do budismo japonês (FLORES, 2022, p. 310). Josué Flores em seu artigo sobre o Tooro Nagashi explica como são construídas as lanternas (Tooros):

Consiste em uma pequena estrutura de madeira, papel seda, bambu e vela. As madeiras são usadas como base. Sobre elas são cravados quatro gravetos de bambu que serão envolvidos por papel seda. No centro da base de madeira será acrescentada uma vela comum. As centenas de lanternas são lançadas à noite do dia 02 de novembro (finados) nas correntes do rio Ribeira de Iguape, percorrendo um longo trajeto em sua correnteza. (FLORES, 2022, p. 310)

A festa conta com desfiles, jogos, feira e apresentações artísticas. O lançamento dos Tooros no rio é o ápice da homenagem aos ancestrais. Eles carregam no seu interior um pedaço de papel com o nome do antepassado da pessoa que lança a lanterna na água.

Figura 30 - Cartaz do Tooro Nagashi, 2020.



Fonte: Associação Cultural Nipo-Brasileira de Registro

³⁰ Registro audiovisual do Tooro Nagashi de 2019 em Registro, feito pela Coop Filmes: <https://youtu.be/fgv4LS2BbYc> Acesso em 28/02/2023

Figura 31- Tooros descem o rio Ribeira de Iguape em Registro-SP, 2018.



Fonte: Portal Cultura Japonesa³¹. Foto: Terry Kimura.

A imigração japonesa para o Brasil começou em 1908. Antes mesmo do movimento migratório, a imagem dos japoneses já era alvo de múltiplos estereótipos (PIRES, 2011, p. 385), em decorrência do orientalismo (SAID, 2007). O “perigo amarelo” (PIRES, 2011, p.385) representado pelos imigrantes japoneses, sofreu sanções do governo brasileiro a partir de 1934, durante o Estado Novo, e com a ascensão da Segunda Guerra Mundial. Em 1937 foi implementada uma política de restrição de línguas estrangeiras, e a proibição da circulação de jornais estrangeiros (D’ÁVILA, 2020, p. 07). Antes destas sanções, o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia ocorrido em 1929 já trataria a questão desses imigrantes como uma ameaça e um problema social (TAKEUCHI, 2009, p.39).

Para Josué Flores (2022) a memória é o campo de resistência dos povos diaspóricos, e a festa é uma maneira de preservar essa memória ancestral inserida em um novo contexto sócio cultural. O Tooro Nagashi, como outras celebrações japonesas, foi “abrasileirado” (FLORES, 2022 p. 320) para sobreviver nesse cenário inóspito aos orientais. O “abrasileiramento” permitiu que os imigrantes mantivessem a tradição e aproximou japoneses e brasileiros. Implementada inicialmente para homenagear os mortos por afogamento no rio

³¹ Link de acesso ao site de onde foi retirada a foto dos Tooros descendo o rio Ribeira: <https://www.culturajaponesa.com.br/index.php/60-tooro-nagashi-2014-de-registro-neste-sabado-16-de-agosto/> Acesso em 02/04/2023

Ribeira, hoje o Tooro Nagashi é uma grande festa ecumênica de três dias, que termina no lançamento das lanternas no rio, com o nome dos ancestrais de qualquer pessoa que queira participar da festa. A festa também integra o calendário oficial de eventos turísticos do estado de São Paulo.

3.2 SINCRETISMO RELIGIOSO NA FESTA DO CANDEEIRO

Meu avô trabalhava como radialista em Santos no início dos anos sessenta. Depois do falecimento da sua filha caçula, ele mudou-se para Santo André, no ABC paulista, onde continuou trabalhando como comunicador e também começou a estudar teatro. Entusiasta das artes e da cultura, ao longo de sua vida coordenou grupos de teatro e de dança, e foi diretor sindical no Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo.

Figura 32 - Cópia dos registros de diretor sindical do meu avô, entre 1998 e 2003

<p>Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo Av. São João, 1086 - 4º and - cj 401/402 CEP 01036-100 - Fone: 223-0777 Fax: 223-9024</p> <p>Sócio nº 6523 Em 22/09/87 Nome Artístico: JOÃO GABRIEL</p> <p>Função: ATOR <i>João Gabriel Moreira</i> PRESIDENTE</p>	<p>Nome: JOÃO GABRIEL MOREIRA Filiação: ERNESTO PEDRO MOREIRA ANTONIA DA VEIGA MOREIRA Nascimento: 17/03/31 R.G. nº 5.059.606 Cart. Prof. nº 95.295 Série 00086 CPF nº 094.302.108-15 D.R.T. nº 013.944/SP Mandato de 01/01/1.998 à 31/12/2.000 Cargo: Diretor Coord. Ass. Jurídico</p>
<p>SINCRATOS DOS ARTISTAS E TÉCNICOS DE ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO SEDE PROPRIA: AV. SÃO JOÃO, 1086 - 4º CEP 01036-100 - FONE: 223-0777 FAX: 3381-4724</p> <p>Sócio nº 65.523 Em 22 / 09 / 1.987 Nome Artístico: JOÃO GABRIEL</p> <p>Função: ATOR, MANEQUIM e Diretor <i>João Gabriel Moreira</i> Presidente</p>	<p>Nome: João Gabriel Moreira Nacionalidade: Brasileiro Filiação: Ernesto Pedro Moreira e de Antonia da Veiga Moreira Nascimento: 17 / 03 / 1.931 RG nº 5.059.606 Cart. Prof.: 95.295 Série 00086 D.R.T. nº: 13.944 CPF nº: 094.302.108-15 DIRETOR SINDICAL Mandato de 01 / 01 / 2001 à 31 / 12 / 2003 Cargo: Diretor de Convênios de Saúde e Lazer e Representante Entidade de Grau Superior</p>

Fonte: Acervo pessoal Jussara Moreira

Com esse histórico de trabalho e engajamento nessa área, assim que chegou a Sítio do Mato buscou se informar sobre a cultura local. Integrou-se à rotina da comunidade, percorrendo as ruas e participando da vida social do então distrito. Ele era uma pessoa muito carismática, e rapidamente foi assimilado pelos moradores como um deles. Nessa relação dialógica com a população em pouco tempo ele criou a Festa do Candeeiro:

Meu pai veio junto comigo, e ele ficou aqui um bocadinho. Ele foi embora perto da virada do ano, e voltou depois da cheia de 1979. Que daí ele ficou preso lá. Então quando o rio baixou que deu pra ele vir ele veio logo depois da cheia. E isso deve ter sido em março, porque a cheia grande foi em fevereiro. Daí ele veio, ficou e inventou a Festa do Candeeiro. Foi rápido isso, porque a Festa do Candeeiro foi no meio do ano, então ele chegou aqui e ficou aí batendo papo, conversando e inventou essa tal Festa do Candeeiro que aconteceu no meio do ano. (MOREIRA, 2023,s/p)

A ideia da festa nasceu quando meu avô começou a frequentar o terreiro de dona Helena, onde era organizada também a marujada da cidade. Os homens da marujada tinham entre suas pautas de discussão a necessidade da emancipação política de Sítio do Mato de Bom Jesus da Lapa, cidade da qual era distrito, e que é conhecida como capital baiana da fé.³²

A romaria da Lapa é a maior festa popular no estado da Bahia depois do Carnaval, e mobiliza cerca de 2 milhões de romeiros por ano. É a maior romaria do Nordeste e a terceira maior do Brasil. Esses dados foram divulgados pelo presidente da Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural da Bahia - CPHAAN, Táta Ricardo, em entrevista concedida para o jornal Correio da Bahia em 2022, falando sobre o processo de registro da Romaria da Lapa, como patrimônio imaterial da Bahia. Registro e tombamento são instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural, sendo o tombamento direcionado ao patrimônio material e o registro ao patrimônio imaterial. Na Bahia o órgão responsável pelo registro ou tombamento de bens culturais é o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural - IPAC³³, que define as duas ações da seguinte forma:

O **tombamento** se aplica aos bens materiais – edificações, monumentos, objetos, ou seja, significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica (Lei Estadual nº. 8.895, de 16 de dezembro de 2003), bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Estes bens devem possuir valor de preservação para todo o Estado da Bahia. Já o **registro** é aplicado aos bens culturais imateriais – festividades, ofícios e técnicas, saberes e outras expressões culturais. A função desses instrumentos, além de atestar a qualidade do bem e sua importância para o conjunto da sociedade, é protegê-los da ação humana predatória, garantindo a permanência da memória e da identidade social de um determinado local ou comunidade. (IPAC, 2003, s/p, grifo nosso)

O tombo é um mecanismo de preservação do patrimônio, que surge no Brasil inicialmente como política de proteção de bens considerados importantes para a cultura

³² Notícia sobre o registro da romaria de Bom Jesus da Lapa como patrimônio imaterial da Bahia: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/romaria-de-bom-jesus-da-lapa-sera-reconhecida-como-patrimoni-o-imaterial-da-bahia/> Acesso em: 28/03/2023.

³³ Informações disponíveis no site do IPAC: <http://www.ipac.ba.gov.br/> Acesso em 14/05/2023.

nacional devido a sua constituição material e arquitetônica:

O instrumento do tombamento (ou, na terminologia usado em Portugal, da classificação) foi criado pelo Decreto-lei 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil. Os bens tombados não podem ser destruídos e para qualquer intervenção em sua materialidade é necessária a autorização do IPHAN(CHUVA, 2020, p. 19).

A Constituição Federal de 1988 amplia o conceito de patrimônio cultural para além da arquitetura, através do artigo 215,³⁴ que determina que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”(BRASIL, 1988). Essa definição aproxima a legislação do conceito de patrimônio cultural posteriormente instituído pela UNESCO, durante a Convenção de Paris³⁵ em 2003, e que define como patrimônio:

(...) as práticas, **representações, expressões, conhecimentos e técnicas** – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (UNESCO, 2006, s/p grifo nosso)

A partir da instituição do patrimônio imaterial como um direito cultural, estabeleceram-se normas para mapeamento desses bens. Dada a sua imaterialidade, não seria possível instituir o tombamento como instrumento de preservação desse patrimônio, ficando portanto definido o registro como procedimento institucional oficial. Devido a singularidade do patrimônio imaterial, entende-se também que para além de registrar, é necessário difundir e dar suporte a esse patrimônio, para que ele permaneça:

O Decreto nº 3.55/2000, em seu artigo 1º institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. No Livro IV inciso 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (BRASIL, 2004)

A romaria de Bom Jesus da Lapa foi registrada como patrimônio imaterial da Bahia em 2022. Ela tem um enorme valor cultural, simbólico e identitário para o estado, mas

³⁴ Artigo 215 “§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.” Link para acesso ao Artigo: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf Acesso em 14/05/2023.

³⁵ Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial realizada em Paris no ano de 2003, e que foi publicada pela UNESCO em 2006 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf> Acesso em: 14/05/2023.

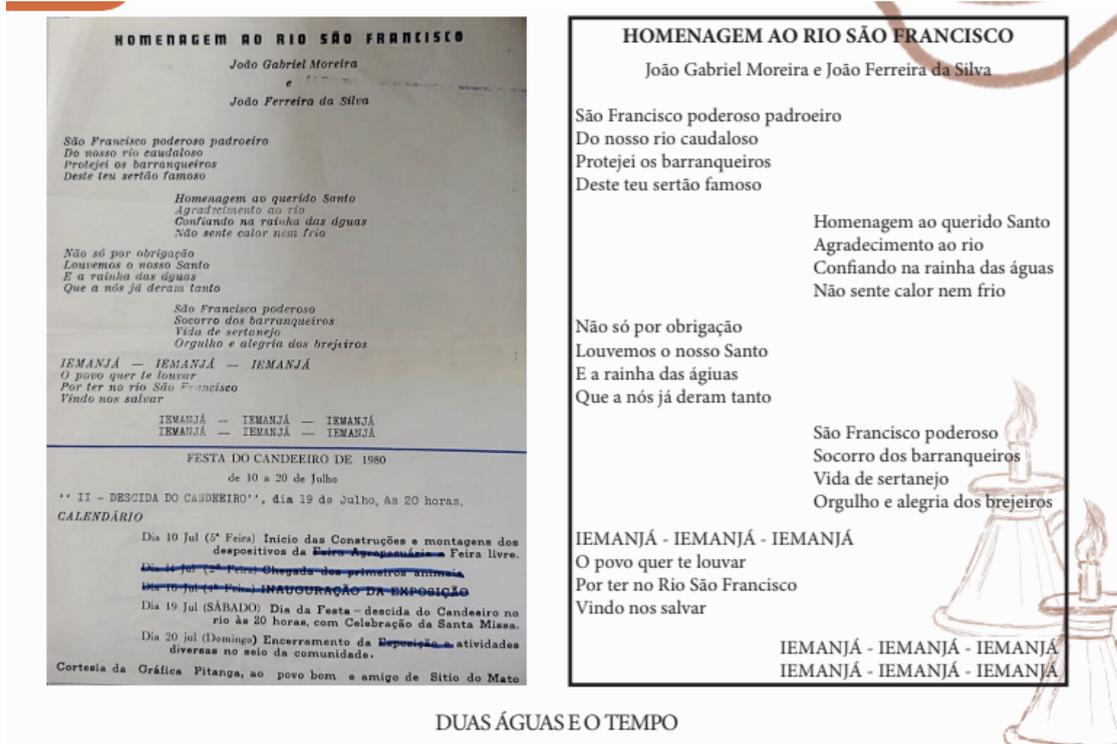
principalmente para Bom Jesus da Lapa e os municípios do seu entorno, que são impactados cultural, política e economicamente por ela. Durante a interação com a comunidade, meu avô imaginou que a criação de uma festa “própria”, de Sítio do Mato, contribuiria para a emancipação política de Bom Jesus da Lapa, esse seria um caminho simbólico para criar uma identidade coletiva separada da Lapa e da sua grandiosa romaria. O estabelecimento de celebrações (feriados e datas similares) assim como o patrimônio, material e imaterial, são mecanismos de construção da identidade coletiva, e que é sempre escolhida de modo seletivo, (CANDAU, 2021 p.148), de acordo com o momento social e histórico e seus atravessamentos. Algumas intersecções que podem influenciar no estabelecimento dos festejos de uma determinada comunidade são as questões identitárias ali presentes e a classe social dos envolvidos. A luta de classe ou identitárias são lutas simbólicas (BOURDIEU, 1989, p. 12), e a festa e seus elementos podem assumir um caráter de disputa simbólica em momentos de transição política e sócio-histórica.

A Festa do Candeeiro surge nesse cenário de luta simbólica pela formação de uma identidade própria de uma comunidade, que sentia a necessidade de criar suas próprias memórias independentes da cidade a qual estava vinculada. Desde o início foi determinado que a festa teria uma função religiosa ecumênica, para democratizar a participação dos moradores. Na sua abertura acontecia um culto ecumênico no Cascalho, praia de água doce localizada na foz do rio Corrente no rio São Francisco, principal ponto de lazer e turismo da cidade.

O culto era realizado pelas igrejas que existiam em Sítio do Mato naquele tempo, a Católica, Presbiteriana, Assembléia de Deus e Deus é Amor. Era um culto ecumênico, do jeito que seu avô gostava. (MOREIRA, 2023 s/p)

Depois da celebração, começava a encenação da marujada, e Mãe Helena conduzia o cortejo e o xirê responsável por levar o presente de Iemanjá até a água, enquanto os homens soltavam os candeeiros acesos no rio.

Figura 33- Original e transcrição do cântico para Iemanjá, e parte da programação da Festa do Candeeiro de 1980.



DUAS ÁGUAS E O TEMPO

Fonte: E-book Duas Águas e o Tempo, Joelma Stella, 2021.

Os candeeiros eram fixados em troncos de barriguda, árvore porosa que flutua como isopor na água. (MOREIRA, 2022). Eles formavam um espetáculo de luzes que descia o rio iluminando a noite, acompanhados de perto pelos barcos. No dia seguinte eles eram recolhidos entre Gameleira e o quilombo Mangal Barro Vermelho (MOREIRA, 2022). Como outras festas brasileiras, ela nasce em um território marcado por disputas e tensões de várias ordens (MIGUEZ, 2012 p. 209), marcada por hibridismo ou mestiçagem (CANCLINI, 1997) de culturas e identidades. Podemos sugerir que se trata de uma tradição inventada (HOBSBAWM, 1991) , que se torna parte importante da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) da cidade.

Figuras 34 e 35 - Padre durante a celebração ecumênica da primeira Festa do Candeeiro, 197



Fonte: Acervo da Casa Candeeiro do Oeste

A festa do Candeeiro teve sua última edição no formato tradicional em 2002, liderada pelos mesmos integrantes da Marujada que realizavam a festa desde meados da década de setenta. Apesar de ainda viva, não foi possível entrevistar Mãe Helena para este trabalho, pois ela apresenta sintomas de senilidade que debilitaram sua memória e comunicação. Não foi possível apurar com seus familiares se trata-se de Alzheimer ou outra doença que impacta sua capacidade cognitiva. Ela ainda vive na casa em que funcionava o terreiro, porém as atividades do local foram encerradas na primeira década do século XXI. Não foi possível apurar qual era o nome do terreiro de Mãe Helena, sendo referido na cidade sempre como o “Centro de dona Helena”. Ainda foi possível falar com Seu Lázaro, que liderava a Marujada. Ele comentou sobre a morte dos componentes do grupo em entrevista realizada em 2021.

Eu sou matriculado em Lapa, na Marujada. Mas acabou Lúcio, acabou Balbino, acabou ministro, acabou Joca, acabou tudo. Só ficou eu só (...) só ficou eu e Otávio, Otavão eu não sei se já morreu também (LÁZARO, 2021, s/p)

Seu Lázaro³⁶ faleceu em 2022 aos 98 anos. Ele era o último representante vivo dos integrantes da Marujada que realizavam a Festa do Candeeiro na sede do município.

³⁶ Seu Lázaro canta e fala sobre a marujada: https://youtu.be/_BDKYRH7ARo Acesso em 28/03/2023.

Figura 36 - Presente de Iemanjá no rio São Francisco. Festa do Candeeiro, 1984.



Fonte: Acervo da Casa Candeeiro do Oeste

Figura 37 - Seu Lázaro em entrevista de 2021.



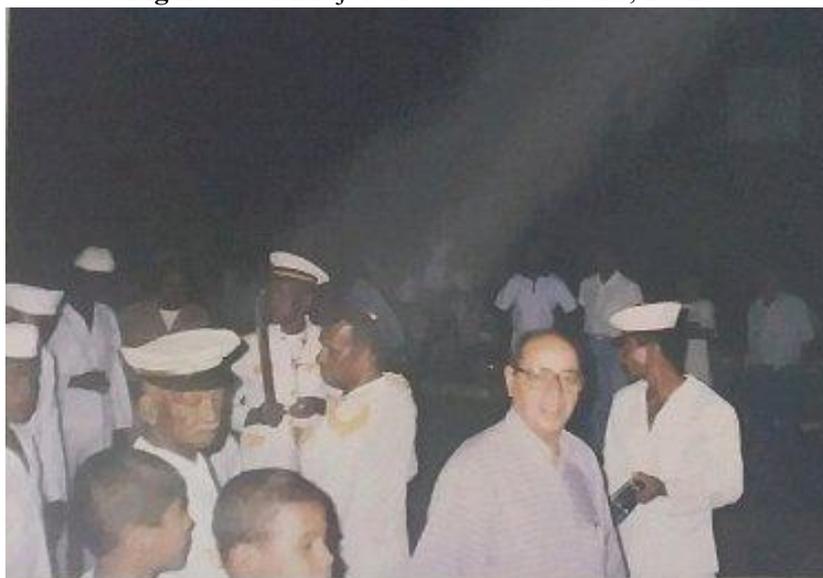
Foto: Milene Gonçalves

Figura 38 - Marujada. Festa do Candeeiro, 1984



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figura 39 - Marujada. Festa do Candeeiro, 2002.



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figura 40 - Presente de Iemanjá, década de oitenta.
Meu avô está agachado de óculos escuros atrás da barca no centro da foto.



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figuras 41 e 42 - Procissão do presente de Iemanjá pelas ruas de Sítio do Mato, 1982.



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figuras 43 - Festa do Candeeiro início da década de noventa



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figura 44 - Festa do Candeeiro na década de noventa.



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Durante as décadas de oitenta e noventa prevalecia durante o dia, na celebração da Festa do Candeeiro, a realização de gincanas e competições, e uma feira na qual os participantes vendiam itens diversos. Esse formato era inspirado no modelo do Tooro Nagashi, o que dava ao evento um caráter de festival, começando pela manhã com a celebração ecumênica, e durando o dia todo com a feira até o encerramento com o lançamento dos candeeiros na água.

3.3 A PASSAGEM DO TEMPO E OS DESDOBRAMENTOS DA FESTA

Meu avô começou a ser conhecido na região como “seu João das Candeias”, e a festa passou a acontecer todos os anos entre junho e julho, período de seca do rio São Francisco, que facilitava a gestão dos candeeiros soltos no rio. Este também é o período que antecede a romaria das águas em Bom Jesus da Lapa, que ocorre em agosto, e realizar a festa antes da romaria evitava o seu esvaziamento. Mesmo com o retorno da minha família para São Paulo, a Festa do Candeeiro continuou acontecendo. Enquanto minha mãe mudou-se para Tucuruí, no Pará em 1980, para trabalhar na construção de uma hidrelétrica, meu avô seguiu indo anualmente de São Paulo para Sítio do Mato para a realização da Festa do Candeeiro, uma viagem que durava na época mais de trinta horas (MOREIRA, 2023).

As viagens foram reduzidas na década de noventa, mas ele manteve a relação com a cidade, e com outras famílias de lá, que passaram a ir a São Paulo e ficar hospedadas na nossa casa em Santo André. Nessa troca, as significações coletivas criadas a partir das experiências cotidianas (CANDAUI, 2021 p.121) que surgiram durante os dois anos que minha família morou em Sítio do Mato (1978-1980), se expandem e ganham novos sentidos. Esse trânsito, que durou as décadas de oitenta e noventa, contribuiu não só para a continuidade da Festa do Candeeiro, mas também para o fortalecimento do sentido de pertencimento da nossa família na comunidade. Uma das famílias que firmou maior vínculo com a nossa foi a de Duval Pereira dos Santos, dono do ajojo que atravessava o rio. Durante a Festa do Candeeiro, o palco principal da festa era montado no ajojo que ficava atracado no porto.

Na década de oitenta meu avô também viajou por outras cidades da região do médio São Francisco, e em algumas viagens ele foi acompanhado por Duval, sua esposa Lia e seus filhos. Eles chegaram a ir até a cidade da Barra, conhecida por ser uma das cidades mais desenvolvidas econômica e culturalmente da região. A Barra conta com um vasto casario tombado como patrimônio na sua orla. A possibilidade de viajar até a Barra era, na época,

algo só acessado pelas poucas famílias de maior poder aquisitivo em Sítio do Mato, o que incluía a nossa família também nesse grupo.

Figura 45 - Dona Lia e seus filhos Lulu e Iracema, em viagem à cidade da Barra, 1980.



Foto: João Gabriel Moreira

Na foto acima vemos Dona Lia com dois de seus quatro filhos, Lulu e Iracema, na orla da cidade da Barra. Um fusca e uma das casas tombadas da Barra aparecem ao fundo. Além da viagem, outros elementos destacam o lugar de privilégio e distinção social ocupado por essas famílias em Sítio do Mato. A própria fotografia era algo caro e pouco acessado pela maioria das pessoas na época. Meu avô fotografava todos os lugares por onde passava, e pessoas que encontrava, ele anotava no verso das fotos os nomes e datas dos registros. Boa parte das imagens utilizadas neste trabalho fazem parte do acervo de imagens deixado por ele.

No início dos anos 2000 minha família começou a retornar definitivamente para Sítio do Mato. Neste mesmo período a Festa do Candeeiro começou a enfraquecer na cidade. O terreiro de mãe Helena iniciava o seu período de declínio, e a igreja católica não contava com um pároco regente na época, assim as celebrações da igreja aconteciam pontualmente em datas do calendário católico como páscoa e natal, com a vinda de um padre de Bom Jesus da Lapa. Sincronicamente no mesmo período crescia o número de igrejas neopentecostais na cidade, e não foi possível para os organizadores da Festa do Candeeiro estabelecer um vínculo de parceria com essas igrejas, como ocorria com as outras igrejas.

Isso também contribuiu para o esvaziamento da festa, em decorrência de uma

perspetiva preconceituosa estimulada pelas lideranças das novas igrejas, principalmente com os elementos da festa oriundos da religiosidade de matriz africana. O neopentecostalismo, que hoje ocupa grande espaço na mídia e na política brasileiras, tem em seu alicerce a Igreja Universal do Reino de Deus e o discurso construído e propagado através dela, e de sua emissora de televisão (TV Record), pelo seu fundador Edir Macedo.

Temos tratado constantemente de milhares de pessoas que, na ânsia de conseguirem seus objetivos, puseram-se a visitar cabanas, centros e terreiros de feitiçaria, para consultarem os mais diversos guias infernais (êres, pretos-velhos, caboclos, exus, etc). (...) Uma senhora me procurou pedindo ajuda em oração. Depois de orar por ela, um exu manifestou-se dizendo ter ganho muitos presentes para ficar naquele corpo. Após mandar o demônio embora, ouvi daquela senhora algumas de suas experiências na Umbanda e no candomblé (MACEDO, apud PETEAN 2013, p.31)

Boa parte da doutrina de Edir é baseada na demonização dos santos católicos, dos orixás e da religiosidade indígena, e no incentivo ao ódio e a violência contra os adeptos dessas religiões. Para Antônio Petean (2013), o discurso religioso da Igreja universal do Reino de Deus é um pedido de afastamento em relação à cultura Afro-Brasileira. Com o crescimento da doutrina de Edir, que prega o embranquecimento da fé para obtenção de sucesso nos moldes do capitalismo (PETEAN, 2013, p. 35), outras igrejas começaram a surgir no país seguindo o mesmo modelo discursivo. Sendo Sítio do Mato uma cidade que se desenvolve a partir do ideal do missionário branco normativo estadunidense, e tem nessa figura o símbolo do sucesso, as igrejas neopentecostais encontraram ali terreno fértil para se propagar.

Com o crescimento desse cenário desfavorável para a realização da Festa do Candeeiro na sede do município, por algum tempo nossa família acreditou que a festa tinha efetivamente acabado. Porém o que parecia definitivo mostrou-se com o tempo mutável, e se a festa não fazia mais sentido daquela forma talvez seja porque, como destaca Candau (2021) quando os sentidos das comemorações parecem esgotar-se, é preciso talvez ver nisso o sinal de uma crise identitária. Assim, antes de desaparecer, o poder simbólico (BOURDIEU, 1989) que a festa exerce no imaginário de algumas pessoas da comunidade, fez com que ela se transformasse tomando outros caminhos e formas.

O legado da Festa do Candeeiro é ressignificado principalmente por pessoas na faixa dos quarenta anos, que viveram na sua infância o auge da celebração. A Festa se transformou para estas pessoas em uma memória afetiva de infância, não necessariamente por que essas

peessoas se recordem em detalhes da festa, mas pela imagética construída em suas memórias do que ela era. Minhas próprias lembranças da Festa do Candeeiro são povoadas de imagens trazidas por outras pessoas, principalmente meus familiares. Talvez a única memória que eu tenha, de uma experiência vivida por mim, é a lembrança de ver os candeeiros descendo as águas do São Francisco à noite, iluminando o rio de uma forma bonita e sinuosa. Porém é possível igualmente que boa parte da poética dessa memória venha das imagens acrescentadas a ela pela narrativa da festa trazidas até mim pela minha família. Como discute Halbwachs (1990) em sua obra *Memória Coletiva* ao pensar as memórias da infância, admitamos que a criança se lembre: é no quadro da família que a imagem se situa, porque desde o início ela estava ali inserida e dela jamais saiu. (HALBWACHS, 1990 p. 26). Essa perspectiva é debatida por Halbwachs com outros autores em seu livro. Ele utiliza o exemplo de Brulard sobre as memórias da sua mudança para Paris ainda pequeno, e a percepção de que boa parte dessas lembranças são na verdade construções imagéticas de uma história narrada por seus familiares:

Revejo o acontecimento, mas provavelmente não se trata de uma lembrança direta, não é mais que a lembrança da imagem que formei da coisa muito antigamente, à época das primeiras narrativas que me fizeram dela. (BRULARD apud HALBWACHS, 1990 p.25)

Assim como eu, outras pessoas da minha faixa etária compartilham dessa memória vivida e narrada sobre a Festa do Candeeiro. Uma delas é a professora Regina Santos Silva, 42 anos, uma das lideranças comunitárias que luta pela manutenção da memória da Festa do Candeeiro. Regina atualmente é uma das responsáveis pelo desfile de Sete de Setembro na cidade, e tem adotado uma postura de enfrentamento pela valorização da cultura local.

Quando nós começamos a organizar o desfile com as escolas, e informamos que íamos fantasiar as crianças com elementos da nossa cultura, muitas famílias vieram reclamar. Elas queriam as crianças vestidas de soldado, astronauta, policial, essas coisas. Então nós precisamos ser firmes e explicar para elas que o Boi Bumbá, a Festa do Candeeiro, a Marujada, são coisas da nossa cultura, é importante, não tem a ver com religião essas coisas. Aí aos poucos eles foram aceitando, e entendendo o valor das coisas (SILVA, 2022 s/p)

Regina reivindica para si o lugar de guardiã da memória de seu grupo de pertencimento, um posto historicamente monopolizado por certos membros da sociedade - o ancestral, o chefe, o antigo combatente - (CANDAU, 2021, p. 194), um posto inclusive ocupado pelo meu avô na cidade como criador da Festa do Candeeiro. Assim como eu e Regina outras mulheres hoje protagonizam a luta pela preservação do que consideram a

memória cultural e identitária da cidade. A Festa do Candeeiro, a Marujada, a Festa do Divino e outras celebrações são reverenciadas durante o desfile de Sete de Setembro. Meu avô tem seu papel de fundador reivindicado na memória das novas gerações através da exibição de uma grande faixa em sua homenagem, que é carregada por estudantes durante todo o trajeto.

Alunas do ensino fundamental vestem-se de “Princesas da Festa do Candeeiro”, e carregam elementos simbólicos da festa em seu figurino. A eleição da princesa do ano era parte das atividades da festa quando da sua realização, porém a vestimenta da princesa passou por alterações desde a época áurea da Festa do Candeeiro até o seu momento atual. Essa mudança denota também esse movimento de transformação simbólica da festa, e da maneira como as pessoas da cidade se vêem representadas por ela e pelos elementos simbólicos da festa, como as roupas, e acessórios, que também se transformam para se adaptar a esse novo cenário. Se antes havia uma relação harmoniosa entre múltiplas culturas e religiosidades, agora há a valorização do estilo de vida estadunidense propagado pelo imperialismo, que pode ser definido em linhas gerais como a interferência de um Estado em outro, com o objetivo de exercer domínio direto ou indireto sobre o seu povo e seu território. (TEIXEIRA, 2015, p. 92), ou ainda em uma análise mais elaborada sobre a origem da ideia de imperialismo Teixeira escreve:

O conceito de imperialismo é muito associado ao pensamento socialista e, mais especificamente, à vertente marxista. Ou seja, é um conceito que, nos dias atuais e, na verdade, desde o início do século XX, pertence a um vocabulário de crítica ao sistema capitalista e às grandes potências que o defendem mundo afora. Em grande medida, essa associação deve-se à teoria de Lenin (1979) sobre o tema, elaborada de modo mais explícito na sua obra *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (TEIXEIRA, 2015, p.93)

Em seu artigo “Imperialismo e cinema: como pensar a dominação aplicada à arte?” Geraldo Teixeira (2015) reflete sobre a função do cinema como mecanismo de propagação da dominação cultural imperialista. Nesse processo de hierarquização das culturas proposta pelo imperialismo, vemos o conceito missionário civilizatório já abordado ao discutirmos a presença da Missão Presbiteriana em Sítio do Mato, e seu impacto na dinâmica social e identitária da cidade. Os meios de comunicação se transformam em mecanismos de propagação desse ideal, que é sintetizado na figura do homem branco, como destaca Teixeira ao discorrer sobre o poema *The white man’s burden*, de Rudyard Kipling:

O fardo do homem branco” (“The white man’s burden”), de Rudyard Kipling. Essa expressão “o fardo do homem branco” veio a ser associada à justificativa do imperialismo do fim do século XIX e início do XX. O poema fazia uma apologia ao imperialismo americano, deixando de lado a ideia do chamado de Deus e substituindo-a doravante pela noção de dever cultural: era preciso levar a civilização e a liberdade aos outros povos. Tratava-se de definir um padrão cultural – e racial, como se percebe na referência ao “branco” – como modelo; o padrão do homem branco, único digno de ser considerado civilizado. (TEIXEIRA, 2015, p.96)

A imposição do modelo de padrão civilizatório proposto pelo imperialismo atua em todos os níveis do funcionamento social, especialmente a partir dos nossos modos de consumo e expressão. De acordo com Vieira e Cidreira [...] o modo como nos vestimos, o uso das roupas e dos acessórios como um todo deve ser considerado como uma técnica ativa de apresentação de si.” (CIDREIRA, 2013, p.143 apud VIEIRA, 2021, p.7). Se inicialmente os trajes utilizados pelos participantes da festa eram esteticamente elaborados dentro dos moldes das roupas utilizadas no terreiro ou centro de Mãe Helena, hoje a roupa das princesas no desfile de Sete de Setembro remete a um modelo mais europeu, usado por princesas da Disney em suas animações e amplamente consumido pelas crianças da cidade. Um padrão estético que valida os valores que predominam atualmente na sociedade sítio matense, que faz com que tanto as crianças quanto suas famílias sintam-se valorizadas por utilizarem determinado traje, e que seguem os moldes do imperialismo cultural estadunidense. Carol Barreto (2015) em seu artigo “Moda e aparência como ativismo político: notas introdutórias”, destaca a caracterização de códigos presentes na moda, ainda é utilizada por grupos dominantes para impor seus padrões de consumo às massas:

Compreendendo a Moda Como Linguagem, estudar seus aspectos simbólicos, imaginários e lógicos na expressão e normatização das identidades, por meio da caracterização dos códigos de gênero, sexualidade, raça/etnia, geração ou classe social, se impõem, observando que ainda hoje os grupos majoritários em representatividade sintonizado por meio da escolha dos padrões de beleza e de bondade, aquilo que deve ser reproduzido pela massa de consumidores de seus produtos e discursos. (BARRETO, 2015,s/p)

Essa alteração estética dos símbolos da festa para que sua memória sobreviva, ilustra bem, a meu ver, essa necessidade estratégica de adequação de elementos da cultura local aos padrões impostos massivamente pelo imperialismo cultural e pelo neopentecostalismo que vem alterando as manifestações culturais e religiosas em Sítio do Mato.

Figura 46 - Faixa em homenagem a João Gabriel no desfile de 07 de setembro de 2022.



Foto: Regina Silva

Figuras 47 e 48 - “Princesas” da Festa do Candeieiro no desfile de 07 de Setembro de 2022.



Fotos: Jussara Moreira

Além da presença desses estrangeiros em Sítio do Mato, construindo essa visão messiânica sobre si mesmos a partir de suas intervenções na cidade, a perspectiva imperialista da cultura é reforçada pelo pouco acesso à informação. Até o início do século XXI os moradores de Sítio do Mato só assistiam televisão com antena espinha de peixe a dois canais: Globo e SBT. Outras emissoras só eram acessadas por antena parabólica, o que era um privilégio na época. Isso sem levar em conta o acesso a energia elétrica. Em 2007 chegou a internet via rádio na cidade, que aos poucos se transformou em internet de fibra. A torre com

sinal de TV digital só foi instalada em Sítio do Mato em março de 2023, de acordo com o eletricitista da prefeitura responsável pela instalação, Dejair Castro Neves.

A ampliação do acesso à informação não garante entretanto a desconstrução do imagético que supervaloriza a noção imperialista e colonial do estrangeiro messiânico na população. Até 2000 não havia escolas de ensino médio em Sítio do Mato, e nenhum professor com ensino superior. Os primeiros professores com nível superior começaram a chegar timidamente em 2000, após a inauguração da escola estadual de ensino médio. Quem lecionava na cidade eram professores formados em magistério em Bom Jesus da Lapa, ou pessoas que tinham concluído o ensino médio no extinto curso normal.

O exercício de leitura e interpretação de texto não era estimulado nos estudantes. Quando estudei na Escola Evangélica de Sítio do Mato, era de praxe que tivéssemos que decorar o que estava escrito nos livros didáticos para transcrever exatamente com as mesmas palavras nas avaliações. O pensamento crítico e a reflexão não eram bem vindos. O conceito Freiriano de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção (FREIRE, 2021, p.47) não passava perto do modelo adotado nas instituições de ensino de Sítio do Mato. A ideia de um professor que entra na sala de aula aberto a indagações, à curiosidade e as perguntas dos alunos, crítico e inquiridor (FREIRE, 2021, p.47) não era algo comum na cidade.

Mesmo com a chegada dos novos professores, os desafios na área educacional continuam. Em 2003 tive meu primeiro emprego como professora substituta de língua portuguesa no ensino médio de Sítio do Mato. Eu tinha dezoito anos na época e havia concluído o ensino médio um ano antes na escola estadual Prof. José Carlos Antunes em Santo André, São Paulo. A possibilidade de uma estudante sem qualquer experiência lecionar no ensino médio por si só já é um tanto absurda, mas foi a partir dessa experiência que eu tive a oportunidade de perceber que a maioria dos meus alunos era mais velha do que eu e semi analfabeta. A partir dessa experiência lecionando comecei a esboçar na minha mente os pensamentos que me conduziram até aqui.

4 QUANDO EU ENTRO NA HISTÓRIA

4.1 A SEGUNDA MIGRAÇÃO

A minha primeira lembrança de Sítio do Mato é do ano de 1994, quando viajei para lá com minha mãe. Eu tinha nove anos na época, e nunca tinha passado tantas horas viajando

para chegar em algum lugar. Eram férias escolares de julho, porque em São Paulo o recesso não é no São João, e acontecia a Copa do Mundo. Misturam-se as lembranças da estrada com memórias da casa de tia Bilu, onde ficamos hospedadas. De dormir de mosquiteiro pela primeira vez, e de brincar no rio São Francisco com outras crianças. Tia Bilu era esposa de Tio Baiano, um dos homens da marujada com quem meu avô fez amizade. Ele faleceu na primeira metade da década de oitenta, mas Tia Bilu era também uma grande amiga da minha família, e frequentou nossa casa em Santo André até a sua morte em 1996. Eu a conheci ainda bebê, e ela foi uma das minhas primeiras referências de vínculo memorial e afetivo com Sítio do Mato.

Figuras 49 - Tia Bilu comigo no colo, 1985



Fonte: Acervo pessoal da autora

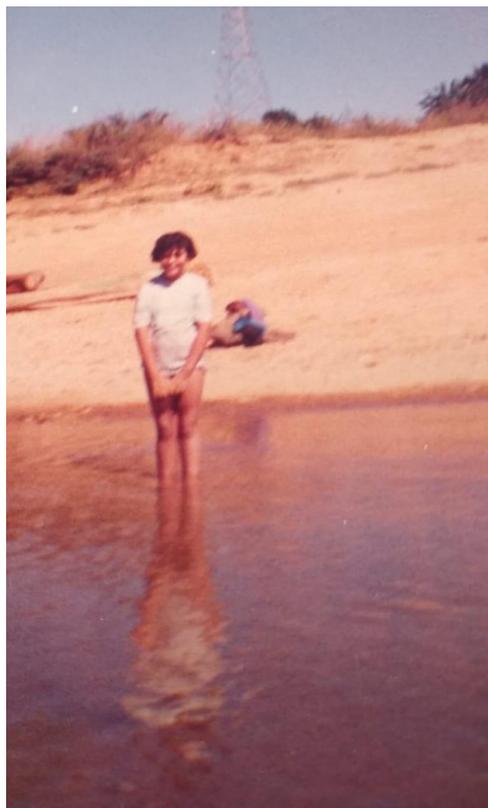
Figura 50 - Minha avó, Lícia (filha de tia Bilu), tia Bilu, minha mãe e eu em frente a nossa casa em Santo André, 1992



Fonte: Acervo pessoal da autora

Quando eu cheguei a Sítio do Mato eu já tinha uma memória imaginada da cidade, baseada nas relações de afeto e familiaridade que eu nutria com pessoas de lá, e das histórias que eu ouvia delas e da minha família. Uma das minhas memórias preferidas da infância acontece lá, quando o Brasil ganhou o tetracampeonato de futebol masculino. Eu lembro de pular no rio com muitas pessoas, do som de fogos e de me sentir muito feliz sem entender muito bem o porquê. Não tenho certeza de quando são minhas memórias da Festa do Candeeiro, e se elas são somente minhas, ou se são também metamemórias (CANDAU, 2021, p.23), construídas a partir das minhas lembranças, e das lembranças compartilhadas com as pessoas do meu entorno. Porém suponho que parte dessas lembranças sejam do nosso retorno em 1999, quando minha mãe decidiu se mudar definitivamente para Sítio do Mato.

Figuras 51 e 52 - Eu com nove anos conhecendo o rio São Francisco, 1994.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Figura 53 - Minha primeira visita à Sítio do Mato, sentada no muro da clínica em que minha mãe trabalhou na década de setenta, 1994.



Fonte: Acervo pessoal da autora

Nesse ponto da cartografia começo a incluir na pesquisa, mais substancialmente, a minha experiência pessoal dentro da trajetória familiar em Sítio do Mato. Considero importante informar que a descrição das minhas memórias e vivências, trabalhados aqui de uma perspectiva cartográfica, não tem a pretensão de se rotular como um registro histórico, fixo no tempo, mas sim uma costura de memórias vividas direta ou indiretamente por mim, e que portanto estão ainda em movimento. Pierre Nora explica essa perspectiva da diferença entre a memória como um processo mutável atribuído a grupos vivos, e da história como um processo de reconstrução de algo que já findou, em seu artigo *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança, e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (...) a história por operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico (...) a memória emerge de um grupo que ela une (NORA, 1993, p.9)

Como um trabalho memorial e não histórico, penso nesse texto como uma experiência escrita de metamemória, conceito que é descrito por Joël Candau (2021) como a ideia que cada um de nós faz da própria memória, e é capaz de discorrer sobre ela para destacar suas particularidades, seu interesse e sua profundidade (CANDAU, 2021, p.23). Candau aprofunda sua reflexão sobre a metamemória como sendo esse o único tipo de memória possível de ser pretendida em grupos, e que seria portanto esse o tipo de evocação que foi definido anteriormente por Halbwachs como memória coletiva:

De fato, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. (CANDAU, 2021, p.24)

A dissertação é uma metamemória minha, ou o registro da memória coletiva da qual faço parte. Seja qual for a concepção que melhor defina esse processo, o fundamental aqui para seguirmos, é compreender que todas as minhas lembranças e vivências pessoais aqui contidas, estão impregnadas das lembranças e vivências da minha família e da comunidade da qual faço parte. Até a mudança para Sítio do Mato, eu tinha vivido toda a minha vida na mesma cidade e na mesma casa. Quando nos mudamos para a Bahia eu tinha catorze anos de idade. Eu conhecia a família de tia Bilu e de dona Lia, e tinha comigo as memórias felizes da

Copa de 94 e do rio São Francisco, mas isso não garantiu que eu me adaptasse bem à mudança. A dificuldade para me ajustar ao ritmo de vida de Sítio do Mato, muito diferente do grande ABC onde eu nasci, fez com que menos de um ano depois eu retornasse para Santo André para viver com minha avó.

4.2 A ESTRADA E SEUS ATRAVESSAMENTOS

Entre os 15 e os 18 anos eu viajava sozinha, 26 horas de ônibus, duas vezes ao ano para passar as férias em Sítio do Mato. A viagem era meu momento favorito da adolescência. As idas e vindas na estrada que liga São Paulo a Bahia, atravessando Minas Gerais, e a sensação de me perceber constantemente dividida e em trânsito, foi um processo muito relevante na formação da minha identidade durante a adolescência. Se em Sítio do Mato eu era chamada de paulista em um tom pejorativo e as pessoas riam do meu sotaque, em Santo André eu passei a ser apelidada de baiana, e a ser alvo de todo tipo de piada xenofóbica direcionada a nordestinos no sudeste. Essa configuração contribuiu para que eu desenvolvesse um sentimento de não pertencimento a nenhum desses lugares, como se eu fosse sempre um outro, um estranho a ser observado, nos sugere Severino (2012), quando aborda a experiência dos encontros culturais nas migrações humanas. E também aprofundou a minha familiaridade com a estrada, esse não lugar (AUGÉ, 1994) efêmero e transitório, onde todas as identidades se cruzam.

Figura 54 - Com 14 anos no rio São Francisco em Sítio do Mato, 1999.



Fonte: Acervo pessoal da autora

É possível que o sentimento de pertença ou deslocamento dentro de um território seja um eixo comum a pessoas que transitam geograficamente pelos lugares. Schneider (2015), ao refletir sobre o pensamento de Bartoly (2011) acerca do conceito de lugar coloca que:

(...) há uma interpretação variada do conceito de lugar e que pode ser tanto geográfico quanto arquitetônico, antropológico, psicológico ou pertencente ainda a outras áreas do conhecimento, sendo importante lembrar que a individualização do conceito é insuficiente para apreender o seu real significado. (SCHNEIDER, 2015 p.66)

Da perspectiva de Bartoly, o conceito de lugar é algo complexo de definir, pois é atravessado por diversas áreas, podendo assim ser compreendido como um saber interdisciplinar. No mesmo trabalho Schneider descreve o pensamento de Marc Augé sobre não lugares sinteticamente como:

Pois para Augé os não-lugares correspondem aos espaços funcionais construídos com determinadas finalidades objetivas (comércio, transporte, lazer) e o tipo de relação e de experiências transitórias, supérfluas, funcionais que os indivíduos e grupos mantêm com esses espaços. (SCHNEIDER, 2015, p.69)

Ele complementa a sua descrição incluindo uma aspa de Augé, que faz um comparativo entre lugar e não lugar e o impacto destes na construção simbólica da realidade pelos sujeitos:

São realidades complementares e em oposição aos espaços antropológicos, onde se este último é capaz de criar um social orgânico o outro cria uma tensão solitária (AUGÉ, apud SCHNEIDER, 2015, p. 69)

O paralelo traçado por Augé entre lugar, esse espaço geográfico de caráter territorial e social, e o não lugar, espaço de trânsito construído para travar relações rápidas e funcionais, me remetem a um sentimento de efemeridade das memórias do não lugar. Como se elas tivessem menos peso e significado do que as memórias dos lugares. No caso das minhas memórias da estrada, e da solidão compartilhada presente nelas, há em mim a sensação de solidez e conforto dessas memórias, como algo estrutural desse período. São as lembranças confortáveis de um momento em que eu não precisava lidar com os conflitos dos rótulos desagradáveis que lançavam sobre mim vinculados aos meus lugares de pertença, nos quais eu era sempre vista como o outro.

Talvez não seja apenas um sentimento meu, mas algo da identidade do migrante, essa sensação de pertença aos caminhos de trânsito. Migrar é sair de algum lugar, mas é

também seguir para outro (SEVERINO, 2012 p. 174), e entre esses pontos de partida e chegada há sempre algo que fica e que carregamos que influencia o nosso estar no mundo. Porém, apesar do sentimento de pertença aos lugares de trânsito, acredito na ideia do lugar como quadro de referência pragmática ao mundo (SANTOS, 2002, p.322) de onde parte o fio que desenrolamos quando nós, ou o outro, buscam definir a nossa identidade e nosso corpo no mundo. Portanto, mesmo tendo a minha identidade vinculada a mais de um território, e até mesmo ao não lugar presente na estrada, acho problemática a ideia de “cidadão do mundo”, como esse sujeito que transita livremente entre as fronteiras, e pertence a todos os lugares e a lugar algum. Acho mais pertinente pensar que sempre pertencemos a algum lugar, e carregamos na bagagem simbólica da vida esse pertencimento.

Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se também como cidadão do mundo. A verdade, porém, é que o “mundo” não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país. (SANTOS, 2021, p. 129)

Quando Milton Santos (2021), escreve que nossa cidadania está atrelada a ideia de pertencimento a um país, ele derruba a noção de cidadão do mundo. É impossível pensar um sujeito que transite pelo mundo sem carregar consigo os marcadores simbólicos do seu território de pertença. Tomando a mim mesma como exemplo, em todos os lugares por onde transito sou paulista, andreense, de Sítio do Mato, do oeste da Bahia, de Salvador e brasileira. E essas inúmeras camadas identitárias, vinculadas aqueles que considero meus territórios de pertença, dizem muito de como minha presença é percebida e tratada no mundo. O país é o território maior, que une todas as identidades daqueles que nascem ali, mas podem existir muitos outros territórios que se atravessam, presentes na constituição identitária dos sujeitos. Esse vínculo de pertencimento a um ou mais territórios, nasce dessa construção simbólica, constituída a partir da nossa relação com os territórios em que vivemos ao longo da vida:

O território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico. A linguagem regional faz parte desse mundo de símbolos, e ajuda a criar esse amálgama, sem o qual não se pode falar de territorialidade. Esta não provém do simples fato de viver num lugar, mas da comunhão que com ele mantemos (SANTOS, 1998, p. 62).

É preciso mais do que nascer ou viver em um território para considerar que somos parte dele e ele da gente. Faz-se necessário consolidar essa amálgama da territorialidade para

que haja comunhão e pertença, e em processos migratórios nem sempre é garantido que isso ocorra. Eu precisei de tempo para ressignificar o sentimento de não pertença aos lugares, que a mudança para Sítio do Mato, e o trânsito entre os estados me trouxe. A fixação do meu pertencimento se deu através da compreensão da jornada familiar e de uma perspectiva de tempo não linear (MARTINS, 2002) onde passado e futuro estão conectados em uma espiral que atravessa o presente. Nesse tempo carregamos no corpo e nas memórias os caminhos dos nossos ancestrais e daqueles que virão depois da gente, o que acabou fazendo mais sentido quando me propus a pensar no impacto da minha presença no mundo, e da bagagem que carrego comigo.

4.3 AS CASAS E O TEMPO

Meu avô mudou-se definitivamente para Sítio do Mato em 2004, e decidiu que queria montar um centro cultural na cidade. Assim, em 2006 ele fundou o Cecon - Centro de Convivência Sócio Cultural. Para instalar o Cecon ele alugou a casa onde moramos quando nos mudamos para Sítio do Mato entre 1999, até minha mãe conseguir comprar a sua própria casa na rua do cemitério. O Cecon funcionou durante um ano, e tinha um modelo de gestão coletivo e compartilhado [...] realizado por agentes culturais implicados social, política e economicamente no território (RUBIM; VILUTIS; OLIVEIRA, 2021, p. 19). No local aconteciam saraus de poesia, aulas de inglês e de desenho, e festivais de comida típica. Muito da movimentação do CECON era organizada pelos alunos do ensino médio do colégio estadual Nossa Sra do Rosário. Todas as despesas eram custeadas por meu avô, e os alunos pagavam um valor simbólico pelas aulas, que variava entre cinco e dez reais. Esse valor era repassado para os professores voluntários que davam aulas no Cecon. Os estudantes envolvidos tentavam implementar um modelo de gestão do espaço baseado na coletividade, horizontalidade e autonomia [...] com base em uma perspectiva antropológica da cultura (BOTELHO, 2016 p.24). Porém, depois de um ano de atividades, meu avô não conseguiu mais arcar com o aluguel do espaço, e o Cecon acabou encerrando as suas atividades.

Figura 55- Alunos do Colégio Estadual Nossa Sra. do Rosário em recital no CECON, 2006.



Foto: Joelma Stella

Figura 56 - Fachada do CECON, 2006.



Foto: Joelma Stella

Figura 57 - Ruína da casa em que moramos e onde funcionou o CECON, em 2023.



Foto: Jussara Moreira

Neste trabalho existem algumas casas que se repetem nos registros fotográficos. A casa do Cecon é uma delas. Observar a sua transformação de quando nos mudamos para Sítio do Mato em 1999 até os dias de hoje, quando só resta a sua ruína, é um movimento de idas e vindas na memória que para mim vem carregado de certa tristeza. O antropólogo Daniel Fabre (2019) discute em algumas de suas publicações as emoções patrimoniais, o vínculo afetivo que desenvolvemos com edificações, monumentos, manifestações culturais, e que tornam esses elementos identitária e afetivamente importantes para nós em alguma medida.

Outra casa afetivamente importante nessa história é a casa em que funcionava a clínica Porto Feliz. Já foi relatado ao longo do primeiro capítulo que minha família migrou para Sítio do Mato quando minha mãe foi contratada para trabalhar na referida clínica. Ela aparece na figura 26, em uma fotografia da minha mãe com sua amiga Sofia em pé sobre o muro, vestida com sua roupa branca de técnica de enfermagem. Aparece novamente na figura 53, onde eu aos nove anos apareço sentada sob o mesmo muro, onde quinze anos antes minha mãe estava de pé. Foi ela que tirou a minha foto, possivelmente baseada na memória da sua própria fotografia. Hoje a casa é residência de dona Paixão, 96 anos, enfermeira aposentada

da clínica. O muro onde tiramos nossas fotografias recebeu duas fileiras de tijolos soltos colocados com o intuito de aumentar a segurança da idosa. A minha casa fica na mesma rua, então sempre passo por ela, e não tenho dúvidas que se pudesse removeria os tijolos soltos do muro, e talvez até tirasse uma foto do meu filho em cima dele.

Figura 58 - Fachada da antiga clínica Porto Feliz, casa de dona Paixão, 2023.



Foto: Jussara Moreira

É possível que as casas, e suas transformações ao longo dos anos, somente me afetem devido a esse vínculo emocional estabelecido pelas memórias da minha própria história, atrelada a estes espaços. Talvez minha mãe ou outras pessoas que compartilharam de momentos importantes ali também se percebam afetados por suas transformações. A emoção patrimonial em maior escala, vai criar esse vínculo afetivo em grandes grupos que partilhem de um passado comum atrelado a algo. Como o afeto compartilhado pelas edificações arquitetônicas do Pelourinho, ou pela romaria de Bom Jesus da Lapa, por exemplo.

[...] a partilha de um sentimento de passado enquanto passado, o nascimento de um valor de coisas e de lugares que são percebidos como presenças do passado em nosso presente (FABRE, 2019, p.18)

Essa perspectiva parece ampliar o conceito de patrimônio para além das noções de material, imaterial, ambiental, e as atribuições técnicas que definem cada um desses conceitos. Ele coloca o patrimônio no lugar do sentimento, e cria nuance em um terreno onde muitas vezes pode haver certa hierarquia de valores sobre o que é ou não, digno de ser

patrimônio. Pensar sobre o valor das coisas para as pessoas ajuda a romper com o sentido colonial de patrimônio, e possibilita que grupos que passam por processos de apagamento em favor de uma hegemonia histórica, possam ter seu direito ao registro histórico conquistado.

Por isso mesmo, patrimônio não é um dado, é uma conquista, é um direito. Como apontado por Ulpiano Meneses, os valores são atributos históricos, se transformam e devem ser pensados em um campo de lutas por direitos conquistados através do patrimônio e/ou um campo de lutas por direito ao patrimônio. Nessa concepção, há mudanças conceituais estruturais que, no meu entender, promovem rupturas com a colonialidade do saber e uma virada decolonial. (CHUVA, 2017, p.29)

O patrimônio decolonial discutido por Márcia Chuva (2017) também tira manifestações culturais populares de uma perspectiva folclórica eurocêntrica que às diminui historicamente. O debate sobre patrimônio decolonial, em diálogo com as reflexões sobre emoções patrimoniais de Fabre (2019), me fazem ousar pensar na Festa do Candeeiro como um patrimônio para minha família, e aqueles que têm uma relação de afeto com a sua memória. Estendo essa ousadia para pensar nas casas citadas aqui. São todas patrimônio da história que me atravessa, mesmo que não o sejam na história local, nacional ou mundial. As casas que me habitam são meus lugares de memória. O próximo capítulo deste trabalho é dedicado a mais uma dessas casas, a Casa Candeeiro do Oeste, e as voltas no tempo que transformaram a casa de minha mãe em um Ponto de Cultura.

5 A CASA CANDEEIRO DO OESTE

5.1 MINHA MÃE, A SALA DE LEITURA E O MOVIMENTO DE MULHERES

Enquanto eu vivia o trânsito entre São Paulo e Bahia, minha mãe tentava se estabelecer em Sítio do Mato. Depois de tentar sem sucesso um emprego na saúde pública, a carência de professores na cidade abriu espaço para que ela conseguisse trabalho na educação estadual. Durante cerca de dezoito anos ela atuou diretamente nas escolas estaduais Nossa Sra do Rosário e Thomaz Leite (essa segunda localizada no distrito de Gameleira), e na Escola Evangélica de Sítio do Mato, através do Regime Especial de Direito Administrativo - REDA. Com essa inserção na educação, ela percebeu que além da defasagem de professores não havia bibliotecas no município, ou qualquer ação de incentivo à leitura. Por isso ela resolveu colocar à disposição dos estudantes os livros que trouxe de São Paulo. Assim nasceu a Sala de Leitura Castro Alves, que completa 24 anos de funcionamento em 2023.

Figuras 59 e 60 - Minha mãe com estudantes na Sala de Leitura Castro Alves, 2010.



Fotos: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figuras 61 e 62 - Sala de Leitura Castro Alves após a reforma realizada em 2021.



Fotos: Milene Gonçalves e Breno Manoel

Além dos livros, as pessoas passaram a procurar a nossa casa em busca de fotografias, documentos e objetos guardados por minha família. O movimento de busca por esses objetos memoriais cresceu graças à organização das gincanas escolares, que ocorrem anualmente, e movimentam a cidade em torno da competição estudantil. A partir da gincana o acervo da nossa família ultrapassa os muros da nossa casa, e passa a ser compartilhado com os estudantes e professores do município. A relação de confiança criada com os estudantes, ao permitir que eles retirem elementos memoriais da casa para utilizar na gincana, estabelece também um vínculo memorial e afetivo deles para com o acervo, com a nossa casa, e consequentemente com a nossa família. Esse vínculo transforma a casa da nossa família em

um lugar especial para eles, onde se sentem seguros e acolhidos, e reforça a sua curiosidade sobre a história de Sítio do Mato, e sobre os objetos memoriais guardados na nossa casa.

Apenas o que o espaço físico proporciona por si não é o suficiente para a condição de lugar especial. Tal qualificativo é atribuído por quem percebe, se apropriou e dota de um significado afetivo o lugar. Nesse momento, a partir do afeto investido, o espaço comum se transforma em lugar especial. Portanto, o que dota o lugar desse sentido especial é o conjunto de significados, os símbolos que os sujeitos que o vivenciam e dele se apropriam em sua elaboração subjetiva imprimem no espaço a condição de “lugar especial e único”. (MARTINS, 2015, p.49)

O pedagogo e professor da rede pública de ensino de Sítio do Mato, Messias Barreto, que é um dos coordenadores da gincana, considera o evento fundamental para a aproximação dos estudantes com a história do município:

Elas são decisivas para despertar no jovem a capacidade de participar tanto da cultura, quanto para influenciar socialmente o meio no qual ele está inserido, o fato de o aluno ter que pesquisar um tema relativo à cidade é um estímulo para que ele se aproxime da história e da cultura do município e produza conhecimento a partir deles. (BARRETO, 2022, s/p)

O foco dado nas gincanas para a criação de atividades que estimulem os jovens a pesquisarem sobre as pessoas, objetos e outros elementos, tem uma função mediadora entre comunidade e cultura local. Sônia Florêncio (2015) ao discutir educação patrimonial, aponta para a importância de ações que contribuam para a afirmação dos sujeitos em suas culturas:

As ações educativas para a valorização do patrimônio cultural são ações mediadoras, no sentido pensado por Vygotsky, que contribuem para a afirmação dos sujeitos em seus mundos, em suas culturas. (FLORÊNCIO, 2015, p.28)

A autora parte do pensamento do psicólogo bielorusso Lev Vygotsky, fundador da psicologia sócio histórica, corrente teórica que discute o desenvolvimento psicológico dos sujeitos a partir das relações sociais e das condições materiais em que eles estão inseridos:

Vygotsky (1998) considera que os PPS (Processos Psicológicos Superiores) se desenvolvem durante a vida de um indivíduo a partir da sua participação em situações de interação social, no qual participam instrumentos e signos com os quais os sujeitos organizam e estruturam seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância mediam a vida. Os diferentes contextos culturais onde as pessoas vivem são, também, contextos educativos que formam e moldam os jeitos de ser e estar no mundo. Essa transmissão cultural é importante porque tudo é aprendido por meio dos outros, dos pares que convivem nesses contextos. De forma que, não somente práticas sociais e artefatos são

apropriados, mas também, os problemas e situações para os quais eles foram criados. Assim, a mediação pode ser entendida como um processo de desenvolvimento e aprendizagem humana, como incorporação da cultura, como domínio de modos culturais de agir, pensar de se relacionar com outros e consigo mesmo. (FLORÊNCIO, 2015, p. 28)

As gincanas estudantis em Sítio do Mato funcionam como mecanismo de educação patrimonial. Elas proporcionam o fortalecimento de símbolos municipais, ao reforçar seu lugar no cotidiano dos estudantes através da competição proposta na gincana. É preciso associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados (FLORÊNCIO, 2015, p.23). Sem essa circulação, os elementos simbólicos podem ser esquecidos, e perdem seu suposto valor patrimonial local, pois como coloca José Martins (2015) ao discutir a relação de patrimônio como uma forma dos sujeitos atribuírem sentido a um lugar, “apenas representam Patrimônio Cultural local, quando tais construções que são assumidas/assimiladas pela coletividade de forma autônoma”. (MARTINS, 2015, p.53). Cabe pensar, portanto, que a educação patrimonial possibilita a circulação desses significados e construções, de modo a fortalecê-los na metamória, ou (memória coletiva) de um grupo identitário.

Junto com a criação da sala de leitura, minha mãe começou a participar dos fóruns municipais, regionais e estaduais do programa Faz Cidadão, projeto vinculado ao Plano Plurianual do Governo da Bahia 2000-2003. Nele estão traçadas estratégias territoriais que visam o desenvolvimento local dos municípios baianos (SANTOS, 2015, p. 48). O Faz Cidadão integra o Plano Plurianual do Governo da Bahia 2000-2003, junto a outros programas, e integrava o tripé principal do plano de desenvolvimento regional do estado:

A execução das estratégias será assegurada através de diversos Programas, dentre os quais três deles se ressaltam: Cidades Líderes, Faz Cidadão e Sertão Forte. Estes Programas são considerados especiais pela sua amplitude e diversidade de ações. Não comportando enquadramento específico, com visibilidade orçamentária, eles se caracterizam como estratégias que permeiam as diversas áreas de atuação do governo, mobilizando todos os órgãos e secretarias do Estado no combate às desigualdades sociais e na busca de um desenvolvimento justo e equilibrado. Estes programas contarão com uma ação coordenadora especial do Governo através de acompanhamento e avaliação sistemáticos, que deverão assegurar mudanças significativas nas populações alvo. (BAHIA, 2000, p. 9-10, apud SANTOS, 2015, p. 48)

Ao todo 101 municípios foram integrados ao Faz Cidadão entre os anos de 1999 e 2000 (SANTOS, 2015, p.47), sendo Sítio do Mato um deles. O programa propunha ações de desenvolvimento local focados em municípios jovens, predominantemente rurais e carentes

de serviços básicos, e estabelecia parceria com instituições como Sebrae, Codevasf e Fundifran, que propunham ações formativas que contribuíssem com o desenvolvimento socioeconômico local. Apesar do aparente caráter de rede, ilustrado pela relação de inúmeras instâncias em prol do desenvolvimento regional, Antônio Santos (2005) em sua pesquisa sobre o programa, considera que ele tem um caráter vertical:

Porém são propostas de desenvolvimento local estruturadas pelo governo, ou seja, de cima para baixo e não a partir do próprio local. Portanto, possuem um caráter indutor e mais especificamente no caso da Bahia, também retórico. (SANTOS, 2005, p.01)

Figuras 63 - Ata da reunião do Fórum Faz Cidadão, 2002

Reunião do Fórum do Faz Cidadão 23/06/2002

Jussara, no primeiro momento fez a abertura da reunião apresentando os membros da equipe gestora e em seguida apresentou também os parceiros que estavam presentes, um representante do Sebrae municipal, o Sr. Santo Moreira, o Sr. Milton Carlos, o Sr. Executivos e Secretaria de Educação. N.123 que a de sua pedido para cada um dos presentes se apresentarem e falar qual a instituição que estava representando.

Depois Jussara fez a leitura do Acordo de Compromisso, obras que serão executadas nos próximos 2 anos e comentou também sobre o Projeto Alvarada e falou nas benéficas que o programa pode oferecer ao município. Ela falou também sobre a Agenda 21, que deve ser executada em 10 anos, neste momento ela apresentou a lista dos benefícios já conseguidos com o seu estudo, Projeto Alvarada e o que está por vir de acordo com a organização dos membros do Fórum. Durante a reunião a secretaria de educação pediu para explorar sobre a Mobilização Solidária para Alvarada, porém ela que já existe 10 termos em preparação para o ano urbano.

Já tem mais sete comunidades que solicitaram e existe vagas para as outras comunidades que queiram fazer parte do projeto. Durante a continuidade Jussara comentou sobre o Fórum e durante em seguida falou referendo sobre a importância do fórum para cada representante do Sebrae e suas necessidades e fazer até o fórum onde todos vão dar o parecer favorável ou não. Aproveitando o momento o representante do Sebrae falou da importância de saber escolher as necessidades e também serem necessidades atuais e não desvirtui no primeiro obstáculo que aparecer. Ela falou que tem que fazer uma maior participação dos membros do fórum, para eles assumirem o compromisso e sinalarem as suas maiores necessidades.

Em seguida Jussara apresentou a lista de nomes para o fórum e pediu que cada um dos participantes defendesse o que mais gostou. De acordo com a votação a maioria escolheu a seguinte: SEBRAE DE COMÉRCIO AS DESIGUALDADES SOCIAIS.

Fonte: Acervo pessoal Jussara Moreira

Essa relação vertical com a comunidade causou algum distanciamento entre a população mais carente e as instituições. Percebendo esse fluxo, minha mãe estabeleceu parceria com o Sebrae e a Fundifran, e as atividades formativas do Faz Cidadão passaram a acontecer no quintal da nossa casa. Aos poucos, a partir destas oficinas, e da amizade e parceria de minha mãe, minha tia Preta Santos, e Rita de Biro Biro, surgiu um movimento, protagonizado por mulheres atravessadas por marcadores sociais de diferenciação, dentre eles em especial gênero e raça, (SARDENBERG, 2015 p.58), mas também classe e território. Com o tempo, esse movimento de irmandade, resultante do somatório de forças e recursos entre mulheres oprimidas étnica e economicamente (HOOKS, 2019 p. 82), viria a se tornar uma articulação política de enfrentamento no município, que reivindicava a implementação

de políticas transversais a partir da cultura, articuladas com políticas econômicas, de saúde, educação, habitação, gênero etc (VICH, 2017 p.50), que melhorassem as condições de vida para todos os moradores.

Rita (2022) relata que era muito difícil formar turmas para as oficinas ministradas pelo Sebrae, e também para o repasse do que elas aprendiam nas viagens: “muitas vezes íamos de porta em porta, convidando as pessoas a participarem, e diversas vezes ouvi das pessoas que elas não iriam porque o Sebrae não ia dar nada a elas”. Mesmo com as dificuldades, o grupo conseguiu organizar aulas de beneficiamento de frutas regionais, como umbu e manga, e da produção de sequilhos. Elas também participaram do projeto de ovinocaprinocultura e de apicultura, implementados na comunidade rural da Quixaba pela Fundifran. Em 2011 foi criada a Associação de Mulheres Empreendedoras de Sítio do Mato - AME SIM. A associação foi resultado dos projetos implementados pela Fundifran, que exigiam a formalização de uma associação. Havia um desejo coletivo de interferir positivamente na renda das mulheres, que tiravam seu sustento na maioria dos casos do artesanato, da venda de produtos em catálogos, do trabalho na roça, da pesca e do serviço doméstico. Rita assumiu a presidência da Associação, e as outras mulheres compuseram a diretoria, totalizando inicialmente trinta mulheres no grupo.

Figura 64 - Ação formativa da Fundifran na zona rural de Sítio do Mato, 2010.



Foto: Jussara Moreira

O coletivo de mulheres estabeleceu para si um modelo de organização horizontal (OSTROFF, 1999), e coletiva. Isso não foi estabelecido por regimento interno, ou outro tipo

de regulamento, mas se deu durante o processo de construção do coletivo. As relações estabelecidas entre elas, e o papel de agentes culturais comunitários assumido em seu território, nortearam o grupo para a gestão comunitária, usual nesses contextos:

A gestão comunitária [...] ocorre inscrita em um território e seu caráter coletivo e compartilhado configuram suas principais características. Ela é realizada por agentes culturais implicados social, política e economicamente no território e na ação cultural mobilizada. Por estarem diretamente envolvidos no fazer cultural, esses agentes combinam criação e fruição com participação e gestão (RUBIM; VILUTIS; OLIVEIRA, 2021, p. 19)

Acho necessário destacar aqui, que o coletivo de mulheres se juntou em um movimento que pode ser compreendido como feminista intuitivo, voltado para a leitura da memória e resistência comunitária (DUARTE, 2020 p. 79), e que é atravessado transversalmente por linhas raciais e de classe (HOOKS, 2019, p. 100), que amplia as suas nuances. As mulheres que fundaram o coletivo não tinham noções teóricas aprofundadas sobre feminismos, para além daquelas estabelecidas no senso comum. Esse que, usualmente trata este complexo movimento social de uma perspectiva misógina. É interessante observar um processo de luta político cultural encabeçado por mulheres, que em muitos casos não se vêem como feministas. Os debates de raça e classe são muito mais aceitos pelo grupo, o que evidencia a distância que ainda existe entre as mulheres deste território e os feminismos. Para algumas das mulheres do grupo, o feminismo ainda é um fantasma que quer destruir as suas famílias. O que facilita para que discursos de mulheres conservadoras, muitas vezes vinculadas a instituições religiosas cristãs neopentecostais, ainda tenham forte apelo junto a esse público. Por isso é preciso pensar um movimento feminista como o proposto por bell hooks (2019), que evidencia as questões de raça, classe e orientação sexual presentes na vida das mulheres, e que não invalide a sua relação com o masculino, mas que busque transformá-lo em aliado. Um feminismo academicista, embranquecido e fechado em si mesmo, continuará inacessível a mulheres que não transitam por esses espaços, e sim por outros, impregnados de conservadorismo religioso.

5.2 COMO A NOSSA CASA VIROU PONTO DE CULTURA

Em 2012 moradores da zona rural de Sítio do Mato encontram sítios arqueológicos na região. O professor Henry Luydy Abraham Fernandes, lotado no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e

que também é um dos coordenadores da equipe de arqueologia da UFBA, relata que após a descoberta o policial ambiental Sinvaldo Castro fez contato com a universidade:

Ele [Sinvaldo], fez contato telefônico com o professor Carlos Etchevarne, que é professor arqueólogo da UFBA, e relatou a presença de algumas pinturas rupestres na região do morro do Lajeado. Professor Etchevarne tinha publicado alguns anos antes o livro: *“Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia”*, provavelmente a partir daí o Sinvaldo teve contato com o trabalho dele, e conseguiu por meio da internet o contato telefônico. (FERNANDES, 2022, s/p)

Sinvaldo arcou com os custos de alimentação e hospedagem de três campanhas na zona rural do município, coordenadas por Luydy. Nelas foram descobertas urnas de cerâmica e ossadas da tradição indígena Aratu, localizadas na região do Morro do Lajeado e do Vale Verde. Depois das campanhas, Sinvaldo e Luydy decidiram escrever um projeto para conseguir financiar o restauro das urnas de cerâmica. A ideia de ambos era aprofundar a pesquisa nos sítios arqueológicos, e restaurar o que fosse possível das peças, para que ficassem guardadas e expostas na própria cidade. Sinvaldo sugeriu a Luydy que as urnas ficassem guardadas na casa da nossa família, e por isso desde 2013 as cerâmicas e ossadas Aratus estão sob a nossa guarda.

Figura 65 - Print do relatório de campo do professor Dr. Luydy Fernandes, 2012

Reconhecimento dos Vestígios



Fig 2: Morro do Lajeado com os dois sítios arqueológicos indicados. Notar a forma regular que o destaca na paisagem (Fonte: Google Earth, acessado em 05 de julho de 2011).

Fonte: Relatórios de campo compartilhados pelo professor Luydy Fernandes para essa pesquisa

Figura 66 - Sítio arqueológico do morro do Lajeado, 2012.



Fig 5: Sítio Morro do Lajeado 1, nicho com concentração das pinturas. O sr. José Vieira dos Santos, guia que nos levou ao sítio, dá a noção das dimensões do painel (Foto: Luydy Fernandes).

Fonte: Print do relatório de campo do professor Luydy Fernandes

Figuras 67 e 68 - Exposição das urnas de cerâmica Aratus na Casa Candeeiro do Oeste, 2021.



Fotos: Joelma Stella

Sinvaldo então inscreveu o projeto de restauro das urnas, junto com um documentário sobre os sítios arqueológicos³⁷ no edital Funarte 2013 para microprojetos no Velho Chico. No mesmo edital foi inscrito o projeto *Folgedos da Nossa Terra*, que previa um festival com

³⁷ Link para documentário sobre os sítios arqueológicos produzido via edital Funarte de microterritórios: https://youtu.be/_kn7T3YVO8Y Acesso em 07/09/2022.

folguedos locais. Ambos os projetos foram aprovados e executados em 2013, sendo que os folguedos aconteceram na casa de minha mãe, que na época tinha ganhado o nome de *Casa de Cultura 17 de Março*, em homenagem ao meu avô, que fazia aniversário nesta data. A nomeação da casa familiar como um espaço de cultura foi uma maneira de institucionalizar as atividades culturais que aconteciam ali, apesar de ser um ambiente residencial.

Em 2007 minha avó e minha mãe compraram um terreno na beira do rio São Francisco, e construíram uma nova casa para a família. Essa casa foi construída com o dinheiro da venda da nossa casa de Santo André, São Paulo. Conforme a casa de minha mãe ia se transformando em um centro cultural, a família ia migrando para essa nova casa na beira do rio. A realização dos projetos da Funarte na antiga casa da família, acelerou o seu processo de transformação de um espaço familiar privado, para um espaço cultural aberto ao público. Após a instalação das peças na casa em 2013, começaram a acontecer as primeiras visitas escolares para conhecer o acervo de cerâmicas e fósseis Aratus. A visitação das escolas somou-se às demais atividades culturais que aconteciam na casa, que a essa altura já era conhecida como “a casa de cultura” em Sítio do Mato. Meu avô viveu nessa casa até 2016, quando faleceu aos 85 anos de idade. Depois da sua morte a casa ficou totalmente desabitada, se tornando unicamente um espaço de memória e cultura na cidade.

Figura 69 - Fachada da casa construída por minha avó em Sítio do Mato, 2023



Foto: Jussara Moreira

5.3 A LEI ALDIR BLANC E SEU IMPACTO NA CASA

Minha avó faleceu em seguida, em 2017, e até 2019 as atividades na casa de cultura ficaram estagnadas, acredito que em partes como parte do processo de luto da nossa família. A partir de 2019 comecei a trabalhar com o intuito de reestruturar a casa de cultura, inaugurando a terceira geração da família a se envolver diretamente nas atividades culturais e da memória de Sítio do Mato. Regina, já citada anteriormente nesse trabalho como a professora responsável pela manutenção da memória da Festa do Candeeiro no desfile de Sete de Setembro, assumiu a direção artística da casa de cultura. Decidimos que era preciso organizar a visitação das escolas ao espaço, o acesso aos materiais e a manutenção e preservação das peças, documentos, livros e fotografias que compõem o acervo da Casa. Nesse ponto, a formação acadêmica de uma nova geração de integrantes foi fundamental para organizar uma gestão mais profissional. O nosso trânsito por um novo ambiente de formação contribuiu para o aperfeiçoamento do trabalho técnico no espaço, mas também para a ampliação da consciência acerca da relevância do que é produzido ali, e da necessidade de retomar o trabalho do coletivo de mulheres.

Nesse processo de retomada das atividades o local mudou de nome pela última vez, passando a se chamar *Casa Candeeiro do Oeste*. Eu escolhi o nome ainda em homenagem ao meu avô, mas também tentando contextualizar a região na qual o espaço cultural está inserido. A influência do meu avô foi fundamental para que eu escolhesse trabalhar com cultura e com audiovisual. A maior parte do acervo fotográfico da *Casa Candeeiro do Oeste* é resultado das fotografias tiradas por nós dois ao longo dos anos. De certo modo, a evolução da *Casa* para um espaço cultural pode ser percebida como uma consequência das relações internas da nossa família, e do papel político que ela tomou para si na construção da identidade (CANDAU, 2021 p. 148) cultural da comunidade.

Em 2020 em decorrência da pandemia da SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus ou Covid-19, foi implementada a Lei Federal nº 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc (LAB). De autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT), ela estabeleceu uma série de medidas emergenciais para o setor cultural e criativo, que já vinha sofrendo com o desmonte do MINC, pelo governo Bolsonaro, e que foi fortemente impactado pela pandemia. A partir da implementação dos recursos da Lei Aldir Blanc na Bahia, a Secretaria de Cultura do Estado abriu um processo de certificação simplificada para pontos e pontões de cultura baianos. A certificação foi uma estratégia para ampliar o número de pontos de cultura no estado, e distribuir igualmente por todos os territórios culturais o recurso destinado ao prêmio

Cultura Viva, direcionado a estes espaços. O processo de certificação previa a representação do espaço a partir de uma associação com CNPJ, ou de um coletivo cultural sem constituição jurídica que elegia um representante responsável pela inscrição. No caso da *Casa Candeeiro*, o grupo optou por verificar quem, das antigas participantes da associação de mulheres, estariam dispostas a compor o coletivo cultural que se responsabilizaria pela *Casa* e por encaminhar o processo de certificação. Ao todo, sete mulheres assinaram o documento enviado à Secult para a certificação.

Figura 70- Carta de inscrição apresentada a Secult, 2020.

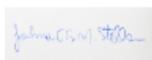
Carta de Autorização de Coletivo Cultural sem Constituição Jurídica

Nós, membros do coletivo cultural : Casa Candeeiro do Oeste, declaramos que, em reunião realizada no dia 21 do mês Outubro de 2020, decidimos apresentar a inscrição para o processo de certificação simplificada para o reconhecimento como Ponto/Pontão de Cultura. Nesta reunião nomeamos o(a) Sr. (a), Jussara Cristina da Silva Moreira, portadora do RG [REDACTED] emitido pelo Órgão SSP/BA, CPF [REDACTED] como nosso(a) representante e responsável pela inscrição na Certificação Simplificada em nome de nosso coletivo cultural. Autorizamos e reconhecemos que o representante é responsável pelo preenchimento do cadastro Ponto/Pontão de Cultura na Rede Cultura Viva Bahia. Estamos cientes que é de responsabilidade do representante do Coletivo e de seus integrantes, as informações fornecidas nesta carta. Declaramos ter ciência de todas as regras do Processo de Certificação e estamos de acordo com seus termos.

Membros integrantes da Comunidade maiores de 18 anos:

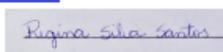
1. Nome: Joelma Cristina Silva Moreira Stella
RG e Órgão emissor: [REDACTED]
Data de Nascimento: 26/01/1985
CPF: [REDACTED]

Assinatura:



2. Nome: Regina Silva Santos
RG e Órgão emissor: [REDACTED]
Data de Nascimento: 26/10/1981
CPF: [REDACTED]

Assinatura:



3. Nome: Joza Rogério Correia

RG e Órgão emissor: [REDACTED]

Data de Nascimento: 28/05/1988

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

Joza R. Correia

4. Nome: Patrícia Alves Medeiros

RG e Órgão emissor: 14753214-06 SSP/BA

Data de Nascimento: 13/01/1985

CPF: 047.094.095-60

Assinatura:

Patrícia Alves Medeiros

5. Nome: Camila Pereira da Silva

RG e Órgão emissor: [REDACTED]

Data de Nascimento: 28/02/1986

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

Camila Pereira da Silva

6. Nome: Milene Gonçalves dos Santos

RG e Órgão emissor: [REDACTED]

Data de Nascimento: 04/03/2000

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

Milene Gonçalves dos Santos

7. Nome: Domingas Gonçalves Gomes

RG e Órgão emissor: [REDACTED]

Data de Nascimento: 15/03/1963

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

Domingas Gonçalves Gomes

8. Nome: Hidelvânia Santos Silva

RG e Órgão emissor: [REDACTED]

Data de Nascimento: 25/07/1983

CPF: [REDACTED]

Assinatura:

Hidelvânia Santos Silva

A Casa Candeeiro do Oeste foi reconhecida como ponto de cultura na primeira chamada do processo de certificação, e foi um dos seis pontos de cultura premiados pelo *Prêmio Cultura Viva* no território do Velho Chico.

Figura 71- Certificado de ponto de cultura da Casa Candeeiro do Oeste, 2020.



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

Com o valor pago pelo *Prêmio Cultura Viva* a equipe realizou uma reforma na *Casa Candeeiro*, que necessitava de melhorias na sua infraestrutura. Após a reforma, a estrutura do Ponto de Cultura conta com a sala de leitura, equipada com prateleiras novas e com acervo de cerca de mil exemplares. Cozinha comunitária ampla e equipada com fogão e liquidificador industriais. Sala das artesãs, com prateleiras, mesa de corte e costura, e o estoque de materiais para artesanato. Também há um palco para apresentações, e foi construído o salão de exposição das peças Aratus, um pátio descoberto na entrada, duas suítes prontas para receber visitantes, e mais duas salas ainda inacabadas. No pátio há uma mangueira alta e antiga, que forma uma sombra larga, e é o espaço onde ocorrem as reuniões do grupo de gestoras e também almoços comunitários e oficinas. A fachada da *Casa* foi pintada com as cores e elementos da nova logomarca do espaço, criada pela estudante de Design da escola de Belas Artes da UFBA, Amanda Braga.

Figuras 72 e 73 - Meu avô em frente a Casa Candeeiro em dois momentos: em 2000 quando foi comprada, e em 2007 na entrada da sala de leitura.



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figura 74 - Frente da casa com a placa Casa de Cultura 17 de março, em 2014.



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Figura 75 - Pintura da frente da Casa Candeeiro, após a certificação pelo estado, 2021.



Foto: Breno Manoel

Figura 76 - Frente da Casa Candeeiro do Oeste após a reforma, 2021



Foto: Joelma Stella

Além da reforma, com o recurso do prêmio *Cultura Viva* foram realizadas duas webséries. “*Delícias da Tia Du*”, série comandada por Domingas Gonçalves, cozinheira e integrante do coletivo que administra o ponto de cultura. A série foi uma retomada do repasse do beneficiamento de frutas que era realizado a partir das oficinas da Fundifran e do Sebrae anteriormente. Na série, Domingas ensina diversas receitas a partir do beneficiamento da polpa de umbu, fruta típica e abundante na região. A segunda websérie, “*Causos do Sítio*” entrevistou dezesseis moradores idosos da cidade, com perguntas sobre a história, a cultura e as tradições do município. A série teve grande repercussão entre sítio matenses, desde a publicação da primeira foto de bastidores do projeto, uma imagem do senhor Agostinho Lopes na janela do bar que mantém na praça principal da cidade a mais de cinquenta anos, os moradores começaram a abordar membros da equipe da Casa, curiosas para saber quando a entrevista seria publicada.

Uma das entrevistadas, Dona Isabel, chegou a ir até o ponto de cultura perguntar quando sua entrevista iria ao ar, pois suas filhas em São Paulo estavam ansiosas para assistir. A repercussão entre os sítio matenses que migraram para grandes centros urbanos foi significativa, houve grande interação desse público, principalmente no YouTube. O canal,

que foi criado em janeiro de 2021, contava com sessenta e três mil, quatrocentas e vinte e três (63.423.00) visualizações até o dia 21 de maio de 2022. O envolvimento dos migrantes também pode ser observado pelos comentários nos vídeos. A maior parte é de pessoas que foram para grandes centros urbanos em busca de emprego, e se comoveram ao ver amigos e familiares nos vídeos da série. Talvez esse vínculo de afeto, que comove aqueles que migraram, seja um exemplo de ponto de ancoragem em um território CANDAU (1998 p.138), através da memória que conecta o sujeito migrante a uma identidade primária CANDAU (1998, p.138), e dá a ele o sentimento de pertencer a algum lugar.

Escolhi trabalhar com audiovisual nos projetos premiados pela Lei Aldir Blanc, devido ao contexto pandêmico, e também por ser uma linguagem com a qual trabalho já a alguns anos. Percebo no audiovisual uma possibilidade não só de registrar e difundir a memória oral transmitida pelos mais velhos da cidade, mas também uma ferramenta de integração com as pessoas e a comunidade, contribuindo para formar cidadãos conscientes, críticos e emancipados, como nos sugere Severino (2014), ao abordar o papel do audiovisual nas relações com memória e patrimônio em comunidades. A equipe audiovisual dos projetos foi composta por Milene Gonçalves (23), Breno Manoel Santana (19) e Gazyele Souza (19), que ficaram responsáveis pelo registro, edição e difusão do conteúdo produzido. Dois deles já eram frequentadores assíduos da *Casa Candeeiro do Oeste* a alguns anos, e Grazielle se aproximou durante a realização dos projetos.

Eu conheço o ponto de cultura desde 2011, 2012 no tempo do EducaMais da Escola Evangélica. Tia Ju dava aula de artesanato, dessas coisas relacionadas à cultura. E eu só observava que não tenho habilidade para essas coisas de artesanato. Eu sou mais pra filmar e tirar foto. Aí me botaram pra tirar foto. Desde o início eu só tirava foto. Foi muito bom participar dos projetos da Aldir Blanc, do auxílio emergencial, porque foi uma oportunidade de desenvolver essa vontade, esse desejo de filmar e tirar foto. E editar também. Sou apaixonada por essa área. (GONÇALVES, 2022, s/p)

Eu comecei a trabalhar na Casa de Cultura com 17 anos, eu entrei em janeiro de 2021, vai fazer um ano que eu trabalho aqui. E depois disso já trabalhei em quatro projetos aqui. A minha experiência na casa de cultura foi muito legal, porque eu nunca tinha mexido com vídeo, editar essas coisas, então achei muito legal. E é algo que eu quero seguir, isso de vídeo maker. (SANTANA, 2022, s/p)

Eu vim para a Casa de Cultura convidada por Breno, que é meu amigo. Eu tinha um pouco de receio daqui, porque as pessoas falavam da história de uma cobra que morava aqui. Mas quando eu cheguei eu vi que era tudo diferente. Foi muito bom trabalhar fazendo os enfeites do reisado, e

fotografando a festa. Eu nunca pensei que fosse trabalhar com isso e gostei muito. (SOUZA, 2022, s/p)

Figuras 77 e 78: Seu Agostinho na janela do bar e dona Maria Venturina na sua casa, 2021



Fotos: Milene Gonçalves

Além do *Prêmio Cultura Viva*, a *Casa* também foi contemplada em mais quatro prêmios nos primeiros editais financiados pela Lei Aldir Blanc, abertos pela Secult Bahia: “*Digitalização do acervo fotográfico da Casa Candeeiro do Oeste*” e “*Retradicionando:*

vídeo aulas de xilogravura e estamperia” que foram contemplados no *Prêmio Jorge Portugal para Artes Visuais* da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb). O “*Mini documentário e portfólio do grupo de artesãs de Sítio do Mato*”, e a “*Reforma e encenação do Boi de Sítio do Mato*”, foram selecionados no *Prêmio Emília Biancardi de Cultura Popular e Identitária*, vinculado ao Centro de Culturas Populares e Identitárias da Secult, Bahia (CCPI). O foco de todos os projetos foi o registro audiovisual da memória e da diversidade cultural sítio-matense, incluindo digitalização do acervo fotográfico, que foi o caminho encontrado para preservar esse material em outros formatos que não apenas a foto revelada, passível de deterioração pelo tempo.

Figuras 79, 80, 81, 82, 83 e 84: Cards de divulgação dos projetos da Casa Candeiro do Oeste, 2021.

PROGRAMA ALDIR BLANC BAHIA

Mini doc e portfólio
Grupo de Artesãs de Sítio do Mato

Dia 30/03 nas redes da Casa Candeiro do Oeste

Apoio Financeiro: GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA ALDIR BLANC BAHIA

Reforma e encenação do Boi de Sítio do Mato

dia 10/04 nas redes da Casa Candeiro do Oeste

Apoio Financeiro: GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA ALDIR BLANC BAHIA

Causos do Sítio

Disponível no YouTube da Casa Candeiro do Oeste

APOIO FINANCEIRO: GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA ALDIR BLANC BAHIA

Delícias da Tia Du
Culinária regional

Beneficiamento do Umbu

Nas redes da Casa Candeiro do Oeste

Dia 09/04

Apoio Financeiro: GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA ALDIR BLANC BAHIA

01 de Maio nas redes da Casa Candeiro do Oeste

Retradicionando

Video aulas de estamparia e xilogravura

FUN-CEB GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA ALDIR BLANC BAHIA

Digitalização do acervo fotográfico

da Casa Candeiro do Oeste

FUN-CEB GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA, MINISTÉRIO DO TURISMO, PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Fonte: Acervo Casa Candeiro do Oeste

Todos os projetos inscritos em editais foram escritos e geridos por mim, com contribuição e acompanhamento das proponentes. Também fiquei responsável pelos trâmites burocráticos junto à Secult, e supervisionei o trabalho da equipe de comunicação e audiovisual. As integrantes mais velhas trabalhavam na produção executiva dos projetos, confeccionando peças, alegorias, e também mobilizando a comunidade para participar das atividades da *Casa*, pois, apesar de não terem formação profissional na área cultural, [elas] possuem uma atuação incisiva e engajada com o entorno (NUSSBAUMER e KAUARK, 2021 p.202). Esse perfil fortemente inserido na vida cotidiana da comunidade favorece para que a primeira geração de mulheres do coletivo tenha mais poder de influência na população local.

Toda a equipe responsável pela execução dos projetos, inclusive os profissionais responsáveis pela reforma do ponto de cultura, foi formada majoritariamente por moradores de Sítio do Mato. A exceção foi o jornalista Ricardo Araújo, de Itaju do Colônia, território do litoral sul, que ficou responsável pelo desenvolvimento do site da *Casa Candeeiro*, criado a partir do projeto de digitalização do acervo fotográfico. Das pessoas que trabalharam nos projetos, apenas três já haviam sido remuneradas por seu trabalho, seja ele artístico cultural ou não, através de leis de incentivo à cultura. Isso evidencia a importância dos Pontos de Cultura como espaço mediador para a descentralização dos recursos financeiros direcionados para a área cultural, através de editais e outros mecanismos de financiamento. Nesse sentido, Lacerda (2010) escreve sobre o papel da Lei *Cultura Viva* para estabelecer a democracia cultural numa sociedade contemporânea, que consiste em proporcionar condições que tornem possível o acesso, fruição, produção e distribuição da cultura por todos os cidadãos. Ainda em 2021 a equipe da *Casa Candeeiro* também se organizou para concorrer ao segundo edital da Lei Aldir Blanc disponibilizado pela Secult Bahia, dessa vez com um contingente reduzido de premiações distribuídas pelos territórios culturais, o *Prêmio Cultura na Palma da Mão*.

De acordo com o texto do edital, o *Prêmio Cultura na Palma da Mão*, lançado em 30 de agosto de 2021, visava contemplar “propostas culturais desenvolvidas em meio digital, veiculadas exclusivamente em redes sociais ou em canais de streaming e no repositório da Secretaria de Cultura (do estado da Bahia), que se fossem desenvolvidos em até 45 dias após o pagamento do prêmio”. O edital era dividido em cinco categorias, sendo elas: **Difusão Artística, Culturas Periféricas, Culturas Rurais, Memória e Tradições e Culturas LGBTQIAPN+**, e o número de prêmios disponíveis para premiação em cada categoria do edital era distribuídos pelos 27 territórios de identidade da Bahia, levando em consideração o

percentual populacional dos territórios. O edital pretendia premiar 630 projetos em todo o estado, com reserva de 50% dos prêmios destinados a proponentes auto declarados negros e pardos. Também não seriam contemplados projetos propostos por pessoas físicas ou jurídicas e associações já premiadas anteriormente pela Lei Aldir Blanc.

O recurso total disponibilizado para o edital foi de R \$7.822.760,40, o valor bruto de cada prêmio individual era de R \$12.417,08, que após a tributação resultava no valor líquido de R \$9.002,00. O *Prêmio Cultura na Palma da Mão*, foi um mecanismo utilizado pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia para executar o recurso remanescente da Lei Aldir Blanc dentro do prazo estipulado, evitando assim a devolução aos cofres da União, de valores não depositados para realização de projetos até 31 de dezembro de 2021.

A equipe da *Casa Candeeiro* trabalhou para inscrever dois projetos no edital, dentro da categoria *memória e tradições*, que era a que mais se aproximava do trabalho realizado pelo ponto de cultura na cidade

Figuras 85 e 86: Cards de Divulgação dos projetos premiados no prêmio Cultura Na Palma da Mão, 2022



Fonte: Acervo Casa Candeeiro do Oeste

Os dois projetos propostos foram premiados no edital. O primeiro deles foi o *Reisado Virtual* que registrou em vídeo a realização do reisado na sede do município. O projeto foi resultado de uma promessa feita pela equipe da *Casa Candeeiro* para dona Maria Venturina, 76 anos, uma das entrevistadas da série *Causos do Sítio*. Durante a sua entrevista ela falou sobre o enfraquecimento do reisado na cidade, que diminuía a cada ano, e que só resistia porque ainda era mantido por um pequeno grupo de idosos vinculados a igreja

católica. Para que a tradição do reisado se mantivesse, fazia-se necessário portanto registrar esse acontecimento e suas particularidades, e transmiti-las para às novas gerações, encadeando uma memória coletiva ou metamemória, Halbwachs (1990), Candau (2021).

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (HALBWACHS, 1990 p.16)

Nossas memórias são um universo de significações coletivas, no qual as experiências cotidianas que inscrevem os indivíduos e os grupos no caos são reportadas a uma ordem imutável, necessária e pré-existente aos grupos e indivíduos (CANDAU apud LÉGER, 2021 p. 121), essa significação coletiva interfere diretamente na formação da identidade dos indivíduos, que compartilham dessa memória, e que a interpretam e transmitem a partir da sua perspectiva. Para fortalecer essa metamemória do reisado e revalorizar o simbolismo dela para a identidade local, a equipe da *Casa Candeeiro* criou o *Pastoreio da Natividade*, com a inserção de crianças da cidade na encenação do reisado. O pastoreio se tornou um projeto autônomo da *Casa*, e desde fevereiro de 2022 acontecem ensaios semanais aos sábados, com o intuito de repassar para crianças da comunidade, as músicas e danças que fazem parte da encenação do reisado.

Figuras 87 - Pastoreio da Natividade, 2022**Figura 88- Integrantes do Reisado na Casa Candeeiro do Oeste, 2022**

Fotos: Breno Manoel

Figuras 89 - Pastoreio da Natividade, 2022.

Foto: Joelma Stella

Já o projeto “*Revisitando Javé*”, surgiu como uma iniciativa junto a comunidade de Gameleira da Lapa, distrito de Sítio do Mato, que vem se articulando para reformar a igreja de Santo Antônio. Construída na década de sessenta para substituir a primeira igreja que desmoronou, junto a outras construções que ficavam em duas ruas que caíram engolidas pela erosão nas margens do rio São Francisco, a igreja tem valor simbólico estruturante (BOURDIEU, 1989 p. 08) para a comunidade. De acordo com o pedagogo, e líder do movimento pela restauração, Elvis Augusto (2022), a igreja deixou de ser utilizada para funções cerimoniais na virada do século XXI, como medida preventiva diante da ameaça de desmoronamento pela erosão na margem do rio.

Figura 90- Erosão no cais de Gameleira, 2007.

Foto: Joelma Stella

Figura 91- Igreja de Santo Antônio, 2022.

Foto: Breno Manoel

Unidos em torno de um ideal museal comum (CHAGAS, 2015. p. 96) o intuito da população de Gameleira é transformar o prédio em um memorial, para expor fotografias e documentos dos batizados, casamentos e outras celebrações realizadas na igreja durante o seu funcionamento. A equipe da *Casa Candeeiro*, em parceria com os moradores de Gameleira, realizou uma exposição virtual e um documentário, tratando da questão da degradação do patrimônio material em Gameleira, e também encabeçou ações imediatas para o restauro do prédio e construção do memorial, como a limpeza do terreno ao redor da igreja e a realização de bingos, almoços, e rifas beneficentes para angariar fundos para a reforma.

A realização do projeto com a comunidade de Gameleira foi um importante passo para retomar as ações do grupo de mulheres na zona rural da cidade, região na qual o grupo foi muito atuante do início dos anos 2000 até 2013 com a descoberta dos sítios arqueológicos.

A realização dos projetos premiados pela Lei Aldir Blanc contribuiu para alavancar as atividades da *Casa Candeeiro* como um todo, e para trazer novo ânimo para as suas gestoras, além de fortalecer a capilaridade das ações realizadas pelo grupo no município. Com o enfoque na produção audiovisual, foi possível para a gestão da *Casa* criar um vínculo com jovens da cidade, que se interessaram em trabalhar nos projetos pela oportunidade de aprender a lidar com ferramentas audiovisuais, e também com internet e redes sociais, instrumentos que tem grande apelo com esse público devido ao contexto contemporâneo de hipermediatização que vivemos³⁸.

³⁸ Optei por não aprofundar essa discussão neste trabalho, pois direcionaria o estudo para outro caminho. Porém cabe destacar os livros *A Cultura em Tempos Sombrios* (COLLING e SAMPAIO, 2022), *A Cultura que se Planeja: Políticas Culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro* (DIAS, 2021), e *Guerra Cultural*

O grupo de mulheres também cresceu, antigas integrantes afastadas voltaram a participar das atividades da *Casa*, e novas mulheres chegaram. Ao longo desses vinte anos essas mulheres transformaram pouco a pouco um terreno inóspito para o debate cultural, em solo fértil para se pensar cultura, memória e patrimônio. Nos primeiros anos do grupo, sem muita elaboração crítica ou teórica, elas partiram do conceito de autonomia e protagonismo sócio cultural, proposto por Célso Turino para os pontos de cultura (2010), para elaborar ações concretas de impacto na comunidade, como o repasse do que aprendiam nas oficinas de artesanato em outras cidades, e o apoio à formação de associações agrícolas na zona rural da cidade

Em comunidades muito pobres ou em pequenos municípios, o Ponto de Cultura faz a diferença como aglutinador de pessoas mais ousadas, que antes teriam por opção “jogar ideias ao vento” sem base material ou simbólica para a implementação de suas ideias (TURINO, 2010, p. 43).

Figura 92- Preta, Rita, Regina e Del trabalham a palha de banana, 2021



Foto: Breno Manoel

Figura 93- Oficina de confecção de bonecas, 2022.



Foto: Heloisa Viana

As atividades da *Casa* continuaram depois da finalização dos projetos, de modo menos intenso mas ainda constante, pois há um desejo coletivo de que a *Casa Candeeiro* se mantenha e se fortaleça. A *Casa Candeeiro do Oeste* tem se consolidado como espaço de mediação cultural na comunidade, devido à iniciativa do coletivo de mulheres, e o seu trânsito por diferentes áreas, grupos e territórios ao longo dos anos, o que fortaleceu o seu perfil de mediadoras.

[...] um mediador cultural se forma em pessoas que têm a possibilidade de lidar com vários códigos, e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, que dá a indivíduos específicos a condição de mediadores. (VELHO, 2001, p.25)

A partir das ações realizadas no ponto de cultura junto com a comunidade, a população ressignifica a própria história e toma consciência do próprio valor, direito tantas vezes negado a populações colocadas à margem. Essa “auto estima cultural” está intimamente ligada à ideia de patrimônio como bem comum (SEVERINO, 2014, p. 105), que permite que um grupo narre a si próprio (CANDAU, 2021) e construa uma identidade coletiva, e uma imagem positiva sobre si mesma. Aqui, acredito que a Casa cumpre o que é proposto na *Lei Cultura Viva* a partir dos pontos de cultura, conforme descrito por Alice Lacerda, Carolina de Carvalho Marques e Sophia Cardoso Rocha (2010):

O Projeto Cultura Viva tende a valorizar o local, reconhecer os saberes e criar o sentimento de pertencimento. Além disso, tem por objetivo a potencialização das energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e criando um movimento transformador em uma rede orgânica de gestão e criação cultural (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010, p. 118).

A *Casa* também tem um papel educador, onde a comunidade é ator ativo na construção dessa relação dialógica. Conforme é proposto por Paulo Freire (2021), ao alertar que saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção, a equipe da *Casa* tenta construir sua teia de atuação através da escuta ativa do que é reivindicado, na relação dialógica entre a gestão e a população. O uso do audiovisual é uma estratégia dentro do processo de inclusão de direitos, e para preparar crianças e adolescentes da comunidade para as diversas formas de comunicação, capacitando-as para atuar nos campos da comunicação e da cultura (SEVERINO, 2014, p. 103 - 104), contribuiu também para reaproximar as pessoas do ponto de cultura, que passou por momentos de estranhamento na comunidade, exatamente por se tratar de uma iniciativa disruptiva da realidade estabelecida, o que exigiu portanto escuta ativa, investimento em formação e muita persistência para consolidar seu trabalho em Sítio do Mato.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESISTIR E TRANSFORMAR NO TEMPO

Além do Ponto de Cultura e da rede de pessoas que ele aciona, esse também é um trabalho sobre a minha família, e conseqüentemente sobre mim. Confesso que relutei um pouco antes de entender que queria escrever sobre essa trajetória familiar, pois implicava vasculhar memórias e investigar as histórias por trás delas, para depois compartilhá-las através dessa dissertação. Havia o receio de no processo eu me perder da pesquisadora, e não conseguir desenvolver com coerência a minha pesquisa. Não posso afirmar se consegui efetivamente me manter na estrada correta, mas acabou mostrando-se importante realizar esse movimento de voltas no caminho e no tempo. Trabalhando com as minhas memórias e a dos meus familiares, atreladas às memórias dos entrevistados para essa cartografia, tentei compreender as nuances e transformações no cenário cultural e político de Sítio do Mato, ao longo dos mais de quarenta anos da presença da minha família na cidade.

Algumas das mudanças no âmbito da cultura sítio matense tiveram influência direta ou indireta do meu avô e da minha mãe. João Gabriel e Jussara Moreira são, cada um a seu modo, líderes comunitários e agentes culturais potentes e incansáveis, que já viraram referência na história de Sítio do Mato. Ambos são citados nas gincanas escolares do município pela sua relevância, e ser citado na gincana da cidade é uma grande honra. Lembro quando minha mãe estava em Salvador me visitando, e me mostrou feliz e emocionada no celular, um vídeo que acabara de receber da gincana que acontecia na mesma época. Nele uma estudante vestida como ela, se apresentava na quadra municipal, imitando trejeitos e falas dela. Muitos estudantes frequentaram a nossa casa para estudar, e de lá partiram para ingressar em universidades pelo Brasil afora. Considero ainda que o reconhecimento como Ponto de Cultura reitera a relevância do espaço, lugar importante para ampliação do acesso ao ensino superior no município. Eu mesma, que estudei a vida toda em escola pública, e sei das fragilidades e potências desse espaço, também sei que ter sido criada nessa família, e compartilhado desse universo de estudo e luta constante, foi fundamental para que eu acessasse a universidade, e permanecesse nela.

Percebo essa dissertação como parte do processo iniciado em 1979, quando meu avô realizou a primeira edição da Festa do Candeeiro. Ela não existiria se ele não a tivesse imaginado, e encontrado pessoas dispostas a realizar e propagar a festa, fazendo com que ela ganhasse a proporção que ganhou na cidade. Também foi a partir da reverberação de ideias e ações surgidas após a festa, que nossa casa se tornou um espaço político cultural em Sítio do Mato. Como a terceira geração da minha família envolvida nesse movimento, venho

buscando, através do meu trabalho como produtora cultural, fortalecer as estruturas da *Casa Candeeiro do Oeste*. Quero que ela continue sendo um ambiente de efervescência sócio cultural e educativo, e que suas atividades sigam constantes. Acredito que meu desejo é que ela se torne autossustentável, e que gere renda para o grupo de mulheres que o gerencia, e para suas famílias. Muitas dessas mulheres são as principais responsáveis pela geração de renda e sustento de suas casas, filhos e netos. É importante que o Ponto de Cultura também dinamize a cultura e as tradições locais sejam fonte de renda para elas, e contribua não só para o seu desenvolvimento sócio cultural, mas também para o econômico. Aqui penso sobre o papel do patrimônio integral, capaz de acionar memórias, mas também de criar formas de subsistência que forneçam e favoreçam as condições de vida no local. Um modelo que ocorre quando o turismo e as formas de convivência e ancestralidade compartilhada caminham juntas.

Além de organizar a casa enquanto produtora, espero que minha jornada acadêmica contribua para fortalecer a memória da Festa do Candeeiro, e de tudo que ela gerou. É uma memória pela qual tenho muito carinho, apesar de não ter vivido os anos áureos da festa. Mas compartilho da sua lembrança através dos relatos das pessoas que viveram, e que falam carinhosamente dela. Reverberar no tempo a memória da festa é manter viva a memória do meu avô, e dos seus sonhos maravilhosos. Também é uma porta aberta para, quem sabe, retomar a sua realização. Algo que se revelou de modo muito potente durante o processo de pesquisa para este trabalho, foram as relações afetivas que desenvolvemos com o patrimônio, seja ele material, imaterial ou ambiental. Essa atribuição de sentido que damos às coisas da vida, a partir das emoções que elas despertam em nós, tem se firmado como um caminho no horizonte da minha trajetória como pesquisadora.

Em 2021, quando comecei a trabalhar nesta dissertação, a Casa Candeeiro do Oeste vivia a efervescência da Lei Aldir Blanc. Foi um ano de muita produção e fatura para as pessoas que trabalham em prol desse espaço. Foram-se os recursos e os projetos financiados pela lei, continua a persistência diária para que a Casa continue funcionando. Atualmente o grupo de mulheres realiza bingos, eventos e segue se movimentando como sempre para financiar o funcionamento e as atividades do Ponto de Cultura. Se tem algo que eu aprendi ao longo desses vinte e quatro anos de trabalho com esse grupo de mulheres do qual faço parte, antes mesmo de entender que fazia, é sobre resiliência e paciência. Houve momentos de muita prosperidade, como no auge do programa Faz Cidadão e das parcerias com Sebrae e Fundifran, e também houveram outros momentos de aridez e pouca perspectiva, quando tudo que havia era o desejo de seguir trabalhando. É esse desejo que faz com que mesmo com as

tensões e dificuldades implicadas em manter o Ponto de Cultura funcionando, a *Casa Candeeiro do Oeste* continue se transformando e resistindo no tempo.

Em 2022, além das oficinas de artesanato e dos ensaios do Pastoreio da Natividade e do Boi Bumbá, aconteceu também na *Casa Candeeiro do Oeste* um projeto de extensão do edital direcionado a experimentação artística dos estudantes de graduação PibiexA UFBA 2022. O projeto intitulado *Mãos(es) que criam*³⁹, foi proposto pelas graduandas em Artes Plásticas da UFBA Thayná Amaral e Mel Dantas, sob orientação do professor Zé da Rocha (EBA-UFBA). O trabalho consistiu na realização de uma vivência das estudantes com o grupo de mulheres, e resultou em uma exposição sobre o trabalho artesanal desenvolvido por elas, que aconteceu em novembro de 2022 na Galeria do Aluno, na Escola de Belas Artes da UFBA.

Figuras 94 e 95- Vivência das estudantes Thayná Amaral e Mel Dantas no ponto de cultura, 2022



Fotos: Thayná Amaral e Mel Dantas

³⁹ Link para o canal do YouTube onde está disponível o making off, entrevistas com as artesãs e visita em vídeo a exposição. <https://www.youtube.com/@maosesquecriam7719/videos> Acesso em 28/05/2023.

Figuras 96 e 97 - Card de divulgação, e exposição na Galeria do Aluno EBA/UFBA, 2022



Fontes: Card Thayná Amaral, foto Joelma Stella

Durante o primeiro semestre de 2023 as atividades da *Casa Candeeiro do Oeste* consistiram na organização das atividades vinculadas aos festejos católicos, Reisado e Festa do Divino, e na realização de festas, bingos e rifas que contribuem economicamente para a manutenção do espaço, e para a renda das gestoras. O grupo reproduz na sua dinâmica de auto gestão e geração de recursos, a dinâmica utilizada por muitas delas para o próprio sustento: venda de itens de catálogos, peças artesanais, alimentos, corte e costura. Todas divulgam o trabalho de todas, e consomem o que é produzido pelo grupo, fazendo a economia interna do coletivo rodar. Essa relação de troca e compartilhamento coletivo é um dos pontos principais que me leva a acreditar na permanência e no funcionamento da *Casa Candeeiro do Oeste* ainda durante muitos anos. Este ano a *Casa* também voltou a ser ocupada por crianças, com aulas de arte e matemática ministradas por integrantes do grupo, e a organização de um local de recreação infantil, em um espaço da *Casa* que não era utilizado. Essas atividades também contribuem para a geração de renda, manutenção econômica do grupo e do espaço físico da *Casa*, e para a sua ocupação constante. Apesar dos altos e baixos, nossa família e o coletivo de mulheres persistem.

Sobre a nossa família, atualmente ela é formada por dona Jussara, minha mãe, que aos sessenta e cinco anos segue liderando o grupo de mulheres, junto com Rita e Regina. Nas horas vagas ela esculpe madeira e faz carrancas, como boa moradora da beira do São Francisco que é. Meu irmão Jonathas, pouco citado neste trabalho, mas que é uma das pessoas mais carismáticas que já conheci. Talvez ele fosse o herdeiro direto do meu avô nessa história, pois compartilha do charme e liderança social, não fosse o fato de que ele tem uma

deficiência intelectual e cognitiva severa. Por isso passa os dias cantando, assaltando a geladeira e sentado à porta, conversando com os idosos da rua, com os quais sempre teve muita amizade. Além deles temos Caetano, meu filho, que compartilha do espírito festeiro da família, e já se envolve em todas as festas, reisados, bois e afins que encontra pela frente.

Além das pessoas já citadas, resta eu, Joelma, autora deste trabalho. Sobre mim, o que posso dizer é que não sou boa com festas, e que sempre fui a mais tímida e reservada dos Moreira. Por isso até hoje passo boa parte do meu tempo em *Casa* na Sala de Leitura, organizando, limpando e lendo os livros. Ou na beira do rio, fotografando os barcos e olhando o tempo passar. Talvez por isso seja eu a pessoa que acabou escrevendo essa dissertação carregada de memórias, afetos e lutas dessa pequena família. Vislumbro que meu próximo trabalho será desenvolvido a partir do aprendizado que este lugar de observadora participante da vida me reservou.

Figura 98- Nossa família em frente a casa que minha avó construiu para nós, 2014.



Foto: Rozin Daltro

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BARRETO, Carol. Moda e aparência como ativismo político: notas introdutórias. encontro de estudos multidisciplinares em cultura, 2015.

BORTOLOTTI, Chiara. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011

BORTOLOTTI, Chiara. SAGNES, Sylvie. Daniel Fabre et le patrimoine L'histoire d'un retournement. Revista L'HOMME n° 218 ,2016. Páginas. 45 - 56

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.2, pp.73-83.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. (1989)

BRASIL. Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Iphan, 2000.

BURTON, Richard. Viagem de Canoa de Sabará ao oceano Atlântico. Editora Itatiaia, Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 1977.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas, poderes oblíquos. São Paulo: EDUSP, p. 283-350, 1997.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. editora Contexto, São Paulo, 2021.

CAVALCANTI, Bruno César. Novos Lugares da Festa - Tradições e Mercados. In: Revista Observatório Itaú Cultural: OIC - n° 14. São Paulo, Itaú Cultural, 2013. Páginas 10 - 20.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Editora Argos, Chapecó, 2015.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: História e Patrimônio. CHUVA, M. (Org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n°34

IPHAN, Brasília, 2012. Páginas: 147-165. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/CHUVA_Marcia_Por-uma-historia-da-no-cao-de-patrimonio-cultural.pdf Acesso em: 23/10/2023.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, A. (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35.

D'ÁVILA, Rosemeire Pereira. “Espaços Japoneses” na memória e cultura de Bauru: O Undokai como expressão de identidade (2009 a 2019). XXV Encontro Estadual de História da ANPUH, SP. 2020. Disponível em: <https://1library.org/document/y95ovlwz-espacos-japoneses-memoria-cultura-bauru-undokai-e-xpressao-identidade.html>

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrivivência, quilombismo e a tradição da escrita afrodiáspórica. In. Escrivivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Org. DUARTE L. Constância e NUNES R. Isabella, editora Nina Comunicação e Arte, Rio de Janeiro, 2020. Páginas 74 - 94.

DUTRA, Nivaldo O. Retalhos da Memória: Os negros de Mangal/Barro Vermelho - comunidade quilombola do Médio São Francisco-Bahia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v.11, n.21, Jul./Dez.2019

FERNANDES, Luydy A. Relatórios de Visita e Escavações Emergenciais-Município de Sítio do Mato-Bahia. (1º-3º). UFBA-UFRB, 2014

FERNANDES, Taiane. Redes de Cultura na Bahia: Fragilidades, desafios e potencialidades. In: Culturas e Políticas Culturais na Bahia. RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). Itajaí, Casa Aberta, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/jcsm_/Downloads/Redes_de_cultura_na_Bahia_fragilidades_d.pdf

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.) Cadernos do Patrimônio Cultural - Educação Patrimonial. Vol.01. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Páginas: 21-29.

FLORES, Josué. O Tooro Nagashi no município de Registro (SP): memória e (r)existência étnica. In: Revista Sacilegens. vº 18. Páginas: 308-331. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/366083484_O_Tooro_Nagashi_no_municipio_de_Registro_SP_memoria_e_rexistencia_etnica

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 69ª ed. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra. 2021.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2ª edição. São Paulo, editora Vértice. 1990.

HOBBSAWM. E. J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991

HOOKS, Bell. Teoria Feminista: Da margem ao centro. editora Perspectiva, São Paulo. 2019.

IPHAN, Dicionário IPHAN de patrimônio cultural. COPEDOC/IPHAN - RIO DE JANEIRO, 2008.

LACERDA, Alice Pires de. Democratização da Cultura X Democracia Cultural: os Pontos de Cultura enquanto política cultural de formação de público. (2010) Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Lacerda-democratizacao-da-cultura.pdf>

LACERDA, Alice Pires de. MARQUES, Carolina de Carvalho e ROCHA, Sophia Cardoso. Programa Cultura Viva: Uma nova política do Ministério da Cultura. In: Políticas Culturais no Governo Lula. RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org). Salvador, Edufba, 2010. Páginas 111-131.

LEITÃO, Cláudia. Cultura e Municipalização. Cultura é o que? v. 03. Salvador, Fundação Pedro Calmon, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2009.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Patrimônio Cultural: Sujeito, memória e sentido para o lugar. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.) Cadernos do Patrimônio Cultural - Educação Patrimonial. Vol.01. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Páginas: 48 - 59.

MARTINS, Leda M. Performances do Tempo Espiral: Poéticas do corpo tela. Editora Cobogó, Rio de Janeiro, 2021.

MIGUEZ, Paulo. A Festa: inflexões e desafios contemporâneos. In: RUBIM Linda e MIRANDA Nadja (Orgs.) Estudos da Festa. Coleção CULT; n. 11. Salvador: Edufba, 2012.

NASCIMENTO, Ester F. Educar, curar, salvar: Uma ilha de civilização no Brasil tropical. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e história: a problemática dos lugares. In: História e Cultura vol 10. São Paulo, editora da Pontifícia Universidade Católica - PUC, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori e KAUARK, Giuliana. Formação e prática em gestão cultural: entre o tecnicismo e o engajamento In: Extraprensa: Cultura e Comunicação na América Latina. Vol.14 nº2. CELACC|ECA|USP, São Paulo, 2021. Páginas 197 - 210.

OSTROFF, Frank. The Horizontal Organization. Oxford Books, 1999.

PETEAN, A. C. L. (2013). Reflexões sobre preconceito, identidade e discurso religioso. *Revista Café Com Sociologia*, 2(2), 20–35. Recuperado de <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/55>

PIRES, Ricardo Sorgon. Os Okinawanos em São Paulo: Festividades e identidade. V Congresso Internacional de História, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/2168184/Os_Okinawanos_em_S%C3%A3o_Paulo_Festividades_e_identidade

RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. SP: Instituto Kuanza, 2006.

ROCHA, Eliza E.R.B. **A Pesquisa Participante e seus Desdobramentos:** Experiências em Organizações Populares. In: Anais do 2o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/> Acesso em: 23/0/2022.

RUBIM, A. A. C.; VILUTIS, L.; OLIVEIRA, G. C. F. Gestão cultural nos próximos dez anos. In: Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Gestão cultural para a próxima década – v. 14, n. 2. (jan./jun. 2021) - São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2021.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas Culturais na Bahia Contemporânea. Coleção CULT. Salvador, Edufba, 2014.

SAID, Edward W. Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

SANTOS, Antonio Muniz Filho. Desenvolvimento local induzido e retórico na Bahia: programa faz cidadão - um exemplo. SEMOC - Semana de Mobilização Científica. Universidade Católica do Salvador UCSAL, 2005. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/2420> Acesso em: 29/04/2023

SANTOS, Antonio Muniz Filho. Desenvolvimento local induzido: análise do desempenho do Programa Faz Cidadão nos Municípios Baianos de Saúde e Umburanas (1999 – 2004) / Salvador. Instituto de Geociências - Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17832> Acesso em: 29/04/2023.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. Da cultura à indústria cultural. Folha de São Paulo, São Paulo, 2000.
http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2016/08/Da-cultura-%C3%A0-industria-cultural_Milton-Santos.pdf

SANTOS, Milton. O espaço e o Cidadão. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Editora Record, Rio de Janeiro, 32ª edição. 2021.

SANT'ANA, Márcia. A festa como patrimônio cultural: Problemas e dilemas da salvaguarda. In: Revista Observatório Itaú Cultural: OIC. - nº 14. São Paulo, Itaú Cultural, 2013. Páginas 21-31.

SCHNEIDER, Luiz C. Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. In: Revista de História e Geografia Ágora. v. 17, n. 1. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Rio Grande do Sul. jan./jun. 2015, p. 65-74. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index/> Acesso em 21/04/2023.

SERBENA, Carlos A. Imaginário, ideologia e representação social. In: Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas nº52, 2003. Páginas 01-13.

SEVERINO, José Roberto. Festa e imigração: algumas observações sobre pertencimento no sul do Brasil. In: Estudos da Festa. RUBIM Linda e MIRANDA Nadja (Org). Coleção CULT; n. 11. Salvador: Edufba, 2012. Páginas: 163-182.

SEVERINO, J. R. Memória social: audiovisual e identidades. In: CAPUTO M. C. e TEIXEIRA, C. F. (org) Universidade e Sociedade: concepções e projetos e extensão universitária. Primeira edição. Salvador, Edufba, 2014. p 103-110.

SEVERINO, J. R. Políticas Culturais e Migrações. In: Políticas Culturais. RUBIM, A. A. C. e ROCHA R. (orgs.), 1 ed. Salvador: EdUFBA, 2012, p. 161-182. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7667> acesso em 21/04/23

STELLA, Joelma Cristina S. M. Memória coletiva: um relato sobre a aplicação dos recursos da Lei Aldir Blanc no ponto de cultura Casa Candeeiro do Oeste. In: Boletim do Observatório da Diversidade Cultural. Vol. 94 nº 2. Editoria: BARROS. José Márcio [et al]. Belo Horizonte, 2021. Páginas: 64-75.

TAKEUCHI, Márcia Y. “A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924). Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante”. Storicamente. Bologna, n.5, 2009.

TEIXEIRA Júnior, G. A. (2016). IMPERIALISMO E CINEMA: COMO PENSAR A DOMINAÇÃO APLICADA À ARTE?. *Revista Trama Interdisciplinar*, 6(1). Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/7951>

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. *História Oral*, 5. 2009.

TURINO Célio. Pontos de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima. editora Anita Garibaldi, São Paulo, 2010.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>

VELHO, G. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, G. e KUSCHNIR, C.(orgs.) *Mediação Cultura e Política*. Editora Aeroplano. Rio de Janeiro, 2001.

VICH, Victor. O que é um gestor? In: CALABRE, L. Rebello, C. *Políticas Culturais: Conjunturas e territorialidades*. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. páginas 49 - 54.

VIEIRA, Gina R. Reis. Nova barroquização do mundo: abertura e pluralismo no íntimo das joias. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/iisiojd/04.pdf>

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

APÊNDICES

LISTA DE ENTREVISTADOS

Todas as entrevistas realizadas para este trabalho foram realizadas entre janeiro e abril de 2022, e as pessoas entrevistadas assinaram um termo de consentimento concordando com a utilização do seu relato nesta pesquisa.

1- Lideranças do grupo de mulheres da Casa Candeeiro do Oeste (6)

- *Jussara Moreira*, 65 anos. Minha mãe, proprietária do imóvel no qual funciona a *Casa Candeeiro do Oeste*, fundadora da Associação de Mulheres, responsável pelo Ponto de Cultura perante o estado da Bahia.
- *Regina Silva*, 42 anos. Artesã, integrante da Associação de Mulheres, e do coletivo responsável pelo Ponto de Cultura junto ao estado da Bahia. Licenciada em Artes Visuais. Realizou pesquisa de conclusão de curso sobre as características identitárias do Boi Bumbá de Sítio do Mato. É diretora artística da *Casa Candeeiro do Oeste* e diretora do CEMEI Pequeno Príncipe.
- *Rita Nascimento*, 54 anos. Artesã, fundadora da Associação de Mulheres de Sítio do Mato. Participou ativamente da articulação de projetos e oficinas com o Sebrae e a Fundifran.
- *Vanessa Souza*, 42 anos. Integrante da Associação de Mulheres, professora, licenciada em Letras. É vizinha da família Moreira há mais de quinze anos. Foi responsável por cuidar da *Casa Candeeiro do Oeste* no período em que ela ficou fechada. Organiza os eventos e festejos direcionados ao público infantil na *Casa*.
- *Hidelvania Santos*, 39 anos. Artesã, integrante da Associação de Mulheres e do coletivo de mulheres responsável pelo Ponto de Cultura junto ao estado.
- *Milene Gonçalves*, 23 anos. É a integrante mais jovem do coletivo responsável pela gestão do Ponto de Cultura junto ao estado da Bahia. Ex-aluna de Jussara e sobrinha de Domingas, Milene foi responsável pela sala de leitura da *Casa Candeeiro do Oeste*

quando cursava o ensino médio, e atualmente integra a equipe de comunicação e audiovisual do Ponto de Cultura.

2- Lideranças políticas locais (5)

- *Elvis Augusto*, 32 anos. É pedagogo e professor na escola rural Thomaz Leite em Gameleira. Lidera a comissão da paróquia de Santo Antônio no distrito de Gameleira, que tem buscado reformar a antiga igreja e transformá-la em um espaço memorial.
- *Ramilton Landim*, 39 anos. Presidente da Associação Presbiteriana de Sítio do Mato. Professor licenciado em história, é responsável pelo acervo de fotografias e documentos da missão Presbiteriana.
- *Etyene Dias*, 40 anos. Foi vereador e vice-prefeito de Sítio do Mato. É graduado em Ciência Política pela UNB com trabalho sobre o processo político partidário em Sítio do Mato. Presidente do Partido dos Trabalhadores em Sítio do Mato, é uma das principais lideranças políticas da cidade.
- *Messias Barreto*, 40 anos. Pedagogo, professor da rede municipal e presidente do Sindicato dos Professores de Sítio do Mato. É responsável pela organização da gincana estudantil da cidade, atividade que mobiliza os estudantes do município para pesquisar e encenar elementos da história e da cultura de Sítio do Mato.
- *Dejair Castro Neves*, 51 anos. Chefe eletricitista municipal, acompanhou o processo de instalação da torre de TV na cidade em 2023.

3 - Professor universitário (1)

- *Ludy Fernandes*, 56 anos. Professor de arqueologia e museologia da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB). Integra a equipe de arqueologia da UFBA. Foi responsável pela datação, catalogação e restauro das cerâmicas e ossadas Aratus encontradas na zona rural de Sítio do Mato, e que estão expostas na *Casa Candeeiro do Oeste*.

4 - Estudantes que participaram de projetos da Casa Candeeiro do Oeste (2)

- *Breno Manoel*, 19 anos. Integrou a equipe de audiovisual e comunicação dos projetos realizados com recursos oriundos da Lei Aldir Blanc pela *Casa Candeeiro do Oeste*. Atualmente é aluno do pré vestibular social da Universidade Federal da Bahia.

- *Grazyele Souza*, 19 anos. Foi proponente do projeto “Reisado Virtual”, contemplado no prêmio Cultura na Palma da Mão da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Integrou a equipe de audiovisual dos projetos realizados com recursos oriundos da Lei Aldir Blanc pela *Casa Candeeiro do Oeste*. Atualmente trabalha como técnica em enfermagem na maternidade municipal de Bom Jesus da Lapa.